



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

LUCIANA DOS SANTOS

**METODOLOGIA DO ENSINO DA ESCRITA EM CRIANÇAS
DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: PROPOSTAS METODOLÓGICAS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

LUCIANA DOS SANTOS

**METODOLOGIA DO ENSINO DA ESCRITA EM CRIANÇAS DO 1º ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL: PROPOSTAS METODOLÓGICAS**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Letras, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre António Timbane.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S236m

Santos, Luciana dos.

Metodologia do ensino da escrita em crianças do 1º ano do Ensino Fundamental :
propostas metodológicas / Luciana dos Santos. - 2021.
74 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alexandre António Timbane.

1. Alfabetização - Brasil. 2. Letramento - Brasil. 3. Professores de Ensino
Fundamental - Formação. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 372.412

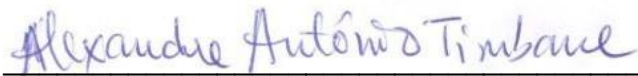
LUCIANA DOS SANTOS

**METODOLOGIA DO ENSINO DA ESCRITA EM CRIANÇAS
DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: PROPOSTA METODOLÓGICA**

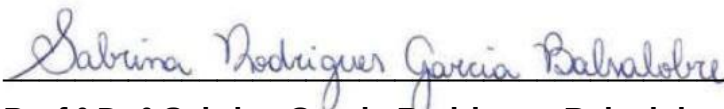
Monografia apresentada como requisito para aprovação do título de Licenciatura em Letras, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Aprovado em: 14/04/2021.

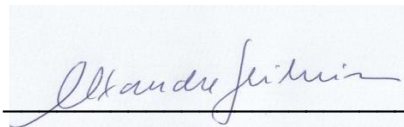
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane (UNILAB, Malês) (Orientador)



Prof.^a Dr.^a Sabrina Garcia Rodrigues Balsalobre (UNILAB, Malês)



Prof. Dr. Alexandre Cohn da Oliveira (UNILAB, Malês)

Neste momento tomada pela emoção, brindo toda dedicatória atribuída neste trabalho, a todos da minha família, pelas diversas ajudas contribuídas para que esta pesquisa fosse realizada, sem essas pessoas se tornaria difícil prosseguir com o trabalho.

Em especial, aos meus pais José Monteiro dos Santos, que sempre acreditou em mim, a minha mãe Maria Áurea dos Santos (in memoriam), que desde quando pequena, se preocupou pela educação dos 10 filhos, apesar de só ter estudado até a 4ª série do fundamental 1, nunca nos deixou desamparados em nenhum momento da vida.

Como leitora assídua de romances e contos, sempre nos inspirou a conquista dos conhecimentos. Ao meu esposo Leonardo, meu filho Leandro Gabriel, por me apoiarem e acreditarem nos meus sonhos e compreender que todo esforço empregado vem carregado de sentimentos, em que compartilho toda alegria e felicidade, pela força e incentivo, pela minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a quem, amparo todas as minhas forças e fé, pois sem ele seria impossível seguir, ao meu esposo, meu filho e a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para conclusão deste trabalho e ao meu querido Prof., Dr. Alexandre António Timbane, pela paciência, auxílio, incentivo e confiabilidade, em acreditar no meu potencial, levando-me a chegar ao momento final deste trabalho com a certeza que posso ir mais além.

“Mãe, sempre acreditei nas suas palavras quando dizias que sonhos podem sim ser realizados”. Amor eterno a ti.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire (2003)

“Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre.”

Paulo Freire (1989)

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas Graças a Deus, não somos o que éramos”.

(Martin Luther King)

RESUMO

Todas as sociedades possuem algum tipo de educação. A presente pesquisa analisa a educação formal especialmente, aquela que ocorre no ensino fundamental I. Vivemos numa sociedade em que a alfabetização e o letramento ocupam um lugar de destaque. Quem não sabe ler direta ou indiretamente é excluído em diferentes contextos da vida social. A leitura é fundamental para compreender as regras e as funções básicas do cotidiano. É tarefa da escola letrar e alfabetizar. Só que por vezes, as crianças terminam o ensino fundamental I, sem saber ler e escrever. É nesta perspectiva que nos propomos a discutir a problemática do ensino da escrita nas séries iniciais por forma a que possamos contribuir para uma educação de qualidade. Esta pesquisa questiona as metodologias usadas pelo professor na alfabetização dos alunos das séries iniciais e procura propor metodologias do ensino da escrita dos alunos neste nível. A pesquisa procura compreender os caminhos que os professores seguem para uma boa aprendizagem da escrita e da leitura com qualidade e de forma metodológica. Como hipóteses, avança-se a ideia de que há fraca formação do alfabetizador com qualidade para que possa ensinar consciente da sua metodologia; Há falta de materiais de ensino, o que dificulta de certa forma a criação de materiais de ensino; O professor se distancia do letramento, isto é, não leva em conta a realidade do aluno, o que pode provocar a desmotivação dos alunos; a melhor estratégia de ensino é aquela que “alfaletira” a criança para que tenha consciência das regras da escrita, diferenciando a língua falada da escrita. O objetivo geral da pesquisa é buscar meios que visam garantir a qualidade do ensino dos alunos das classes iniciais, possibilitando ao aluno de avançar em seus estudos com segurança e qualidade. De forma específica, a pesquisa visa refletir sobre as metodologias de ensino-aprendizagem; analisar criticamente projetos de intervenções (projetos pedagógicos); propor atividades que possam juntar a alfabetização e o letramento de forma sistemática respeitando as capacidades das crianças. Quanto ao método de abordagem a pesquisa escolheu o método hipotético-dedutivo. Quanto ao método de procedimento, a pesquisa é monográfica. Quanto as técnicas de coleta de dados usou-se como instrumento, o questionário destinado a 25 professores em exercício. O questionário é composto por 19 questões sendo 5 do tipo abertas e 14 fechadas. Da pesquisa se conclui que “alfaletizar” é fundamental, mas deve ser com qualidade. A formação dos professores é fundamental para além de investimentos em infraestruturas e em materiais didáticos. Uma educação de qualidade proporciona a formação de cidadão livre da colonização, para além de ser capaz de exercer a cidadania de forma inteligente.

Palavras-chave: Alfabetização - Brasil. Letramento - Brasil. Professores de Ensino Fundamental - Formação.

RÉSUMÉ

Toutes les sociétés ont une sorte d'éducation. Cette recherche examine en particulier l'éducation formelle, celle qui se produit dans l'enseignement primaire I. Nous vivons dans une société où l'alphabetisation et l'alphabetisation occupent une place prépondérante. Ceux qui ne savent pas lire directement ou indirectement sont exclus dans différents contextes de la vie sociale. La lecture est essentielle pour comprendre les règles et les fonctions de base de la vie quotidienne. C'est la tâche de l'école d'être alphabétisée et alphabétisée. Sauf que parfois, les enfants terminent l'école primaire I, sans savoir lire et écrire. C'est dans cette perspective que nous proposons de débattre de la question de l'enseignement de l'écriture dès les premières années afin de contribuer à une éducation de qualité. Cette recherche questionne les méthodologies utilisées par l'enseignant dans l'alphabetisation des élèves des classes initiales et cherche à proposer des méthodologies pour enseigner l'écriture des élèves à ce niveau. La recherche cherche à comprendre les chemins que suivent les enseignants pour un bon apprentissage de l'écriture et de la lecture avec qualité et de manière méthodologique. Comme hypothèses, avance l'idée qu'il y a une formation médiocre de l'alphabetisation de qualité pour qu'il puisse enseigner conscient de sa méthodologie; Il y a un manque de matériel didactique, ce qui rend la création de matériel didactique quelque peu difficile; L'enseignant se distancie de l'alphabetisation, c'est-à-dire qu'il ne prend pas en compte la réalité de l'élève, ce qui peut provoquer la démotivation des élèves; la meilleure stratégie d'enseignement est celle qui «alfaletra» l'enfant afin qu'il soit conscient des règles de l'écriture, différenciant la langue parlée de l'écriture. L'objectif général de la recherche est de rechercher des moyens qui visent à garantir la qualité de l'enseignement des étudiants des classes initiales, permettant à l'étudiant d'avancer dans ses études avec sécurité et qualité. Plus précisément, la recherche vise à réfléchir sur les méthodologies d'enseignement-apprentissage; analyser de manière critique les projets d'intervention (projets pédagogiques); proposer des activités qui peuvent rapprocher alphabetisation et alphabetisation de manière systématique tout en respectant les capacités des enfants. Quant à la méthode d'approche, la recherche a choisi la méthode hypothético-déductive. Quant à la méthode de procédure, la recherche est monographique. En ce qui concerne les techniques de collecte de données, le questionnaire destiné à 25 enseignants en service a été utilisé comme instrument. Le questionnaire comprend 19 questions, dont 5 ouvertes et 14 fermées. De la recherche, il est conclu que «alfaletrar» est fondamental, mais il doit être de qualité. La formation des enseignants est essentielle en plus des investissements dans les infrastructures et le matériel didactique. Une éducation de qualité permet la formation de citoyens à l'abri de la colonisation, en plus de pouvoir exercer intelligemment la citoyenneté.

Mots-clés: Alphabetisation - Brésil. Enseignants du Primaire - Formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Exemplo de escrita japonesa	25
Gráfico 1	Tempo de experiência dos professores	53
Quadro 2	Dados da entidade que contribuiu na formação dos informantes	56
Gráfico 2	Provas PISA 2018, no quesito “Leitura”: Resultados dos países da América Latina	56
Gráfico 3	Existência ou não das condições na sala de aula	60
Foto 1	Criação de materiais para o ensino da leitura	65
Foto 2	Caixa de materiais didáticos	65
Foto 3	Caixa especial para a leitura	66
Foto 4	O alfabeto e lousa da aprendizagem da escrita e leitura	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
SEA	Sistema de Escrita Alfabética
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNILAB	Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I: DEBATES INICIAIS SOBRE O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO	18
2.1	BREVE HISTÓRICO DO LETRAMENTO E DA ALFABETIZAÇÃO	18
3	CAPÍTULO II: A ESCRITA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	28
3.1	CAMINHOS E FUNDAMENTOS DA ESCRITA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	28
3.2	O ENSINO DA ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	34
3.3	METODOLOGIA ATIVA	38
4	CAPÍTULO III: PROGRAMAS DE ENSINO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	42
4.1	O QUE DIZEM OS PROGRAMAS DE ENSINO DO 1º ANO?	42
4.2	AS LEIS E DIRETRIZES DE BASE (LDB): PROCURANDO CAMINHOS	45
4.2.1	Elementos positivos e negativos da LDB	46
5	CAPÍTULO IV: OLHANDO A REALIDADE E DA PRÁTICAS DE ENSINO	49
5.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS	49
5.2	RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISES	52
6	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A construção da personalidade do indivíduo se dá através da formação que se dá na família e na sociedade por meio da educação e pelas indagações a respeito da educação. Tanto na família quanto na sociedade há aprendizagens que contribuem para a formação da identidade. A criança nasce sem conhecer as regras de ser e de estar no meio social. As transformações são adquiridas no decorrer do tempo em que elas acontecem, onde antigamente as crianças se espelhavam na família como maior valor de representatividade em âmbito educacional, cultural e social. Essas posturas foram tomando outros estilos, devido aos resquícios coloniais deixados pelos colonizadores, impregnados até os dias de hoje, em que tende a nos marginalizar socialmente e economicamente, por não seguirmos certos princípios impostos pelos órgãos cívicos, onde somos obrigados e forçados, a seguir as normas da leis vigentes em nosso país. A sociedade civil nos Incumbe entender que Cabe a família e a sociedade procurar formas de educar para que essa criança seja inserida de forma plena. Para sociedade desvios não são toleráveis, por isso que existem leis que condenam qualquer indivíduo que se desvia.

Os seres humanos desenvolvem habilidades da fala ou do sinal desde o nascimento, sem se preocupar com o significado técnico da linguagem e o que ela representa. Percebe-se que esses usos técnicos são reservados a escola, como a instituição que visa explicar os nuances da língua. As habilidades de expressão são de bastante relevância, pois referem-se a comunicação, isto é, à representação e as práticas sociais ou ainda, às modalidades oral e escrita que são exigidas nas práticas de ensino formal, especificamente nas séries iniciais, principalmente no que se refere ao ato de alfabetizar.

Partindo desse pressuposto, tomamos como base o estudo sobre alfabetização, que é entendida como método de ensino norteador capaz de criar ideias 'libertadoras' por levar os indivíduos a compreender que são capazes de transformar o mundo. A frase célebre do líder africano Nelson Mandela (1918-2013) "a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo" parte da ideia de que a educação transforma o homem, tornando-o mais melhor, mais culto e sobretudo mais civilizado. Paulo Freire (1921-1997), o grande mestre da educação brasileira, vai mais ao fundo ao defender a ideia de que "a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo".

Desta forma, uma educação de qualidade ajuda bastante na formação de cidadãos competentes, pensadores e criadores de um mundo justo para todos, onde predomina a igualdade, o respeito e o equilíbrio moral, cívico e cultural. Pesquisas que se interessam na educação caminham nessa linha de pensamento, porque um cidadão bem formado será um profissional de qualidade, isto é, conseguirá trazer soluções dos problemas de toda ordem.

Caracterizada como marca inicial para uma boa educação, a alfabetização que é uma modalidade de ensino que está engajada como um dos pilares mais importantes da educação básica, visto que ela tem uma representatividade de maior responsabilidade da educação. A autora Magda Soares enfatiza que a alfabetização e o letramento têm definições distintas, porém caminham juntos, daí a ideia de “alfaletrar: toda a criança pode aprender a ler e a escrever”. Num trabalho de 2004, Soares aponta que

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004, p. 14).

A alfabetização é um método de ensino que se utiliza da arte da escrita para o aprimoramento da leitura e escrita, sendo um processo de ensino formal validada pela Lei nº 9394, de 1996 que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. O letramento é o uso dessa arte através da oralidade no contexto social ao qual o indivíduo está inserido, sendo esta segunda modalidade informal, pois não se exige do indivíduo uma norma exigida pela escola. Soares chama atenção para o fato de que

[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 1998, p.39-40).

Compreende-se que a autora esclarece com bastante sutileza a definição do letramento e alfabetização na sua concepção, deixando um breve entendimento sobre os dois conceitos, havendo uma discussão sucinta ao que se refere sobre a prática da alfabetização e o mundo letrado. cremos que a preferência pelas temáticas

abordadas possibilite um olhar positivo e envolvente tanto do professor quanto do aluno em relação aos problemas de aprendizagem. Assim, achamos provável e motivador que essas ações e motivações partam nesse sentido e, essas dificuldades apontadas sejam levantadas ao decorrer da presente pesquisa.

A questão do ensino da escrita no Brasil é um grande desafio. Sabemos que a nossa sociedade valoriza muito a escrita e é a base da avaliação em todas as oportunidades da vida social, especialmente na vida urbana. Escrever é quase uma obrigatoriedade e o seu desconhecimento pode fazer com que os cidadãos percam oportunidades.

Olhando para a educação brasileira, ficamos preocupados com a forma como este processo tem sido conduzido em sala de aula. Sabe-se que um professor sem formação adequada pode causar problemas enormes na formação futura da criança. Não é por acaso que vemos graduados no ensino médio com dificuldades de escrita, leitura e ainda com uma caligrafia ilegível. As decorrentes falhas educacionais nos levam a entendimentos compreensíveis com relação às condutas do professor em sala de aula, são condutas que servem como aprendizado para todos os envolvidos no processo, incumbindo ao professor rever e criar novas metodologias de ensino, para tanto, se faz necessário que o MEC, como órgão competente, reformule os conteúdos por forma a que tenhamos uma sociedade realmente letrada e alfabetizada. A culpa não pode ser colocada no aluno apenas, é necessário que o professor como mediador do saber revise a sua metodologia de ensino e solucione as demandas dos seus alunos de forma a oferecer e estruturar os conteúdos para que possamos evidenciar o convívio em um mundo letrado e alfabetizado.

Esta pesquisa questiona as metodologias usadas pelo professor na alfabetização dos alunos das séries iniciais, por forma a que se possa sanar as deficiências da escrita dos alunos neste nível. Será interessante compreender quais os caminhos que os professores seguem para uma boa aprendizagem da escrita com qualidade e de forma metodológica. Como hipóteses, avança-se a ideia de que: (i) há fraca formação do alfabetizador com qualidade para que possa ensinar consciente da sua metodologia; (ii) Há falta de materiais de ensino, o que dificulta de certa forma a criação de materiais de ensino; (iii) O professor se distancia do letramento, isto é, não levam em conta a realidade do aluno, o que pode provocar a desmotivação dos alunos; (iv) a melhor estratégia de ensino é aquela que faz com que o aluno aprenda realmente a escrever e que tenha consciência das regras da escrita, separando a

língua falada da escrita.

O objetivo geral da pesquisa é de buscar meios que visam garantir a qualidade do ensino dos alunos das classes iniciais, possibilitando ao aluno de avançar em seus estudos com segurança e qualidade, levando-o a desenvolver no educando durante o processo de ensino aprendizagem, habilidades que possibilite- os construir valores através dos seus conhecimentos. De forma específica, a pesquisa visa (a) refletir sobre as metodologias de ensino-aprendizagem que possibilitam sanar dificuldades da escrita dos alunos das primeiras séries do ensino fundamental; (b) analisar criticamente projetos de intervenções (projetos pedagógicos), especificamente as propostas do ensino da escrita; (c) discutir caminhos para um ensino culturalmente sensível à realidade do aluno, como ator principal do processo e; (d) propor atividades (dentro e sala de aulas) que possam juntar a alfabetização e o letramento de forma sistemática respeitando as capacidades das crianças.

A pesquisa é relevante (importante) porque convida todos os profissionais da educação para uma reflexão sobre o que realmente acontece em sala de aulas e quais os caminhos que possam garantir uma educação que não apenas aproximamo aluno da sociedade, mas também contribuem para transformar o aluno num membro da sociedade mais independente e solucionador dos problemas da sociedade. Nos dias atuais, a escrita é quase indispensável, logo é muito importante que o nosso aluno saiba escrever e ler de forma a que se possa proporcionar uma educação de qualidade. A prioridade do Governo deveria ser da educação, se realmente pretendemos uma sociedade mais culta possível. A obra de Saviani(2012) “escola e democracia” nos encaminha para esse viés, refletindo numa educação democrática que foca no futuro e no presente que procura uma nova pedagogia.

A pesquisa é de suma importância porque coloca em evidência os possíveis caminhos para uma educação libertadora que coloca o aluno no centro de processo de ensino-aprendizagem, valorizando as atividades tanto do professor quanto do aluno. A pesquisa trouxe ao debate diversos teóricos que levantam novos caminhos para uma educação que inclui o aluno e que vai de encontro do interesse da criança e da sociedade para que haja uma aprendizagem da leitura e escrita com autonomia. A confiabilidade transcorrida neste trabalho nos serviu de base para ampliamos as discussões e reflexões, acerca da construção identitária, social e cultural de cada indivíduo, pois sem esses requisitos e reflexões poderíamos passar como pessoas invisíveis na sociedade.

Quanto a estrutura, a monografia está organizada em quatro capítulos. No capítulo I abordamos um breve histórico sobre o letramento e a alfabetização, destacando todo percurso da alfabetização brasileira a partir do séc. XV. Não foi possível esgotar todas as reflexões desse período, mas deixamos o leitor com a ideia de como essa questão ocorreu no Brasil. Deixamos clara a ideia de que era o papel da escola enquanto instituição, promover uma educação, destacando também a criação das primeiras instituições, os métodos de ensino utilizados na época e quais as causas e consequências desse ensino sobre o olhar do Brasil colonial.

No capítulo II, tratamos sobre os caminhos e fundamentos da escrita na sociedade brasileira. Debateu-se sobre como a comunicação era transmitida e quais percursos metodológicos foram percorridos e quais foram importantes para a sua evolução. Ainda neste capítulo questionou-se os métodos revolucionários que de certo modo contribuíram para a alfabetização de alunos que hoje são profissionais em diversas áreas do saber. Analisou-se o quanto foi favorável a metodologia ativa para o ensino-aprendizagem com autonomia.

No capítulo III, tratamos a respeito do que dizem os programas de ensino do 1º ano, se são programas acessíveis para o ensino brasileiro, se esses programas são voltados para o incentivo da leitura e escrita. Questionamos sobre as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) da educação, seus pontos positivos e negativos e o papel que ocupam na educação brasileira. O capítulo terminou apontando possíveis caminhos para garantir a qualidade do ensino, a implementação do ensino de nove anos e o ensino da pedagogia da cultura sensível como forma de qualificação do ensino do nosso país.

No capítulo IV, apresentamos a metodologia, o método e os instrumentos usados na coleta de dados. Discutiu-se o método de abordagem e o método de procedimento devido ao contexto pandêmico enfrentado por toda sociedade. Para a coleta, utilizou o questionário construído no formulário google, que foi distribuído por meio digital. Para além disso, este capítulo dedicou-se a apresentação e análise dos dados da pesquisa chegando a apresentar as considerações finais. O trabalho termina concluindo e apresentando as referências.

2 CAPÍTULO I: DEBATES INICIAIS SOBRE O LETRAMENTO E A ALFABETIZAÇÃO

2.1 BREVE HISTÓRICO DO LETRAMENTO E DA ALFABETIZAÇÃO

Um dos períodos mais proeminentes sobre o percurso da alfabetização no Brasil se dá a partir do séc. XV, através do processo da formação de leitores nativos, que ocorreu de forma bastante complexa por conta do processo da colonização. A educação formal brasileira está ligada à história, ao processo de colonização, que oferecerá um destaque muito grande em nossas discussões. A educação brasileira relaciona-se com os intentos praticados pelos colonizadores que iniciaram com a alfabetização dos indígenas, cujo objetivo fundamental era a civilização dos indígenas e a evangelização por meio do catolicismo conhecido mundialmente.

Os povos nativos eram catequizados de forma a seguir o ensino católico, já que os educadores eram os jesuítas que tinham o domínio sobre os indígenas e que eram obrigados a seguir as ordens que lhes eram dadas. Sendo compilados pela própria inocência, os nativos seguiam o que era imposto, não para que eles fossem civilizados, mas sim para seguir uma certa norma da cultura europeia. Essa educação era para ascensão ao poder (religioso), pois o propósito dos colonizadores eram catequizar nativos para que assim pudessem dominar o ambiente religioso.

Novaes (1998) as relações entre os indígenas e os colonizadores não foram pacíficas, porque os nativos tinham a sua cultura e tradições que passavam a ser proibidas pela educação europeia. As práticas tradicionais eram substituídas pelo catolicismo o que afetou em grande medida as relações entre portugueses e povos indígenas. A resistência consistiu na recusa dessa educação colonial, sobretudo em regiões onde o domínio indígena era mais forte. Consagrou-se a quebra das diferenças de mundos culturais tão divergentes que ao seu olhar exprime que:

o reflexo no espelho da cultura não produz apenas o duplo, produz também a consciência da diferença. E foi exatamente porque as sociedades indígenas mostraram para o europeu o outro lado da história – faces de uma mesma realidade humana – que hoje se pode dizer (o que nem sempre é reconhecido politicamente) que existem sociedades diferentes, formas diferentes de organização política, pensamentos diferentes que produzem diferenças no interior da própria idéia de ocidente. (NOVAES, 1998, p. 8).

Na sua concepção, o autor esclarece as distinções que os colonizadores idealizavam da sociedade indígena, explicando as diferentes maneiras de convivência dos índios. Por esta razão os portugueses implementaram a ideia de catequização, por entender que seria fácil promover a civilização¹ indígena. O interesse maior era de governar os nativos tornando-os peça-chave para solução dos problemas enfrentados na época do descobrimento. Porém, essa situação teve uma reviravolta muito importante, com a abertura das primeiras escolas, que foi um pontapé para que os colonizadores chegassem a pensar em soluções para o convívio social.

No decorrer do processo educacional foram criadas instituições que conforme o tempo passava, desenvolveram métodos específicos de ensinar. Um desses modelos foi a cartilha em que os alunos aprendiam através de decoro, que tinham os códigos alfabéticos (letras) em que a memorização era o método mais eficiente.

Os educadores daquele tempo não tinham uma formação específica para tal realidade, porque ensinar não exige o domínio do conhecimento científico apenas, exige conhecer a cultura do aluno, o que infelizmente ainda não era do domínio dos portugueses. As crianças aprendiam a ler e a escrever apenas, especialmente para ler a Bíblia e não para formarem engenheiros, arquiteto, doutores muito menos cientistas, mas sim leitores da Bíblia. A preocupação dos colonizadores era de perpetuar a exploração, a opressão e o culto ao catolicismo apenas. Isso significa que não se preocupavam com a formação crítica do contexto que vivenciavam e nem formavam para que os indígenas fossem doutores, engenheiros ou técnicos profissionais indígenas, tal como o ensino acontecia na Europa.

Esse fraco desempenho no modelo de alfabetização colonial gerou muitos questionamentos de tal forma que ficou perceptível que o ensino das séries iniciais adquiriu várias sequelas na aprendizagem, causando graves consequências no modelo de ensino aprendizagem por conta da má aplicação de estratégias de ensino. Por esse motivo, precisaram passar por mudanças drásticas, pelo simples motivo de perceber que as crianças aprendiam a ler, mas não sabiam questionar, argumentar ou mesmo opinar, o que significa que era uma aprendizagem automática. Entendia-se que as crianças eram tábuas rasas que repetiam informações compartilhadas

¹ Nesta pesquisa entendemos que não existe uma sociedade sem civilização. Todas as sociedades têm uma civilização que precisa ser respeitada. Se a civilização é o conjunto das características próprias da vida social, cultural de um determinado povo, então os povos indígenas, africanos, etc. sempre tiveram as suas civilizações a depender da realidade local.

através dos educadores ou pelo autor do livro didático (cartilha). As crianças tinham o trabalho mental de memorizar, traçar letras e decorá-las com fonemas representados pelas letras.

Diante de todo argumento, percebe-se que o marco maior que se tem sobre o histórico da alfabetização brasileira, refere-se também ao ato republicano brasileiro especificamente com a institucionalização da escola e com a intenção de permitir inovações à juventude brasileira e aptidões à nova ordem política e social. A alfabetização na escola se consagrou como ferramenta de aquisição de conhecimento, de desenvolvimento e inovação do país.

Sobre esta questão Saviani (2011, p.13) salienta que o objeto da educação “diz respeito, de um lado, a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo”. Isso significa que é preciso descobrir formas adequadas de desenvolvimento do trabalho pedagógico e identificar elementos culturais que precisam ser aprendidos e que de algum modo contribuirão para o desenvolvimento do indivíduo.

Não se pode negar que houve muitos avanços no ambiente educacional. Para tanto, as articulações dos profissionais da educação passaram a constituir existência de opiniões, teorias, métodos, etc. Com todo progresso, a nação brasileira assim como outros países em precário desenvolvimento permaneceram no enfrentamento de confusões que merecem muito destaque no contexto escolar: a qualidade da educação básica, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Questiona-se nesses países a mínima qualidade do ensino porque o que se observa são as reprovações, o fracasso e a evasão escolar. As “passagens automáticas” visam camuflar a realidade e a fraqueza de um ensino sem investimento do Estado, sem infraestruturas (sucateamento das instituições) e professores qualificados (SAVIANI, 2011, 2012). Um país que não prioriza a educação e a saúde está longe de ser uma nação do futuro.

Existe uma bibliografia exaustiva que têm demonstrado que os problemas da educação brasileira transcendem a sala de aula, especificamente por conta dos processos metodológicos empregados, uma vez que os professores demonstram níveis de dificuldades no ensino, acrescido a falta de formação do docente de qualidade e de políticas públicas falhas. Investir em educação é apostar num futuro

mais próspero para jovens, adolescentes e adultos. Em se pensar sobre o ensino da leitura e escrita podemos mencionar a importância da “teoria da curvatura da vara” para o entendimento da procedência da alfabetização escolar, pode-se afirmar que:

Se temos uma vara encurvada e queremos que ela fique reta, curvamos a vara para o lado contrário para que ela fique, depois, na posição vertical. Isso é uma metáfora para mostrar um movimento que acontece com frequência – se não sempre – na Educação. Fomos para o lado do construtivismo (que não é método), depois vimos que não é nada disso. A tendência pode ser curvar a vara para o outro lado, à espera de que ela fique reta. Mas, é preciso saber se é isso mesmo que teria de ser feito. É preciso saber o que significa esse **curvar para o outro lado**. Isso pode significar voltar ao antigo, ao tradicional. Muitos professores dizem: **Ah, isso não funciona, e os alunos não estão aprendendo a ler e a escrever; então vou voltar àquele meu velho método silábico de alfabetizar pela cartilha escolar, porque tudo antes corria muito bem.** (TFOUNI, 1995, p.27, grifos do autor).

A citação de Tfouni (1995) nos encoraja na busca de novos caminhos, novas formas de alfabetizar e de conceber a educação para que haja sucesso na aprendizagem. Desta forma entendemos que não existe uma única forma de ensinar. Cada estudante tem o seu estilo de aprendizagem, segundo Kolb (apud 1984, FILATRO, 2014, pp.13-14):

O **estilo acomodador** aprende principalmente a partir da experiência prática, aprecia desafios e novas experiências, gosta de assumir riscos e desituações em que precisa adaptar-se a mudanças, confia mais nos sentimentos que na análise lógica, e mais nas pessoas que em análises técnicas; **estilo divergente** encara as situações concretas de diferentes pontos de vista, aprecia a geração de ideias, tem interesse nas pessoas e tende a ser imaginativo e emocional. O **estilo convergente** busca aplicações práticas para as ideias, aprecia resolver problemas e tomar decisões e prefere tarefas técnicas a questões interpessoais. O **estilo assimilador** gosta de reunir fatos e organizá-los de forma lógica e integrada, é mais focado em ideias e conceitos abstratos que em pessoas, e está mais interessado na coerência lógica que na utilidade prática. O **estilo acomodador** gosta de reunir fatos e organizá-los de forma lógica e integrada, é mais focado em ideias e conceitos abstratos que em pessoas, e está mais interessado na coerência lógica que na utilidade prática. Suas preferências de aprendizagem incluem: leituras, palestras e exploração de modelos analíticos.

Quer dizer, seria importante que o professor diversifique as atividades em sala de aula para atingir os diferentes estilos de aprendizagem. O autor citado nos mostra que a educação pode ter os seus acertos e erros durante um determinado

momento, mas os erros são necessários para que se possa melhorar a qualidade de ensino. Mudar as metodologias é fundamental, alterar os métodos é fundamental para que se possa adaptar à realidade de cada turma, de cada aluno e de cada escola. Com relação à educação intelectual podemos dar oportunidade para as crianças com deficiência para que estas possam participar nas atividades em sala de aula e sem distinção.

No mundo contemporâneo, a sociedade passou a ter mais preocupação com a educação das séries iniciais. A alfabetização e o letramento são duas vertentes de aprendizagem de intensa importância para as séries iniciais e que sua utilização presenteia o conhecimento não só da criança como também do adulto, pois é através delas que construímos nossa identidade enquanto pessoas, em que devemos atentarmos por esses dois segmentos da educação em que acontece por meio do letramento e da alfabetização, tal como veremos a seguir:

A etimologia da palavra **letramento** é ainda discutível. É um vocábulo que emprestado do português, da versão da unidade lexical da língua inglesa **literacy**, que provem do latim **littera** (letra) e acrescida ao sufixo **-cy**, e que significa qualidade, condição, estado, fato de ser. Assim, **literacy**, na língua inglesa, significa “a condição de ser letrado” (SOARES, 2002, p.35). O letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da leitura e de escrita de um sistema escrito por uma sociedade ou comunidade linguística. Scliar-Cabral (1998) argumenta que o letramento é o uso funcional de sistemas convencionais que permitem a compreensão e a produção de textos escritos, verbalmente codificados e dependentes da língua oral.

O letramento dos alunos é importante para a conquista da cidadania, pois o indivíduo letrado é capaz de se instruir por meio da leitura e de selecionar, entre muitas informações aquela que mais interessa. O letramento não é só responsabilidade do professor de português, mas também de todos os educadores que trabalham com leitura e escrita, pois cada área do conhecimento tem suas peculiaridades. Significa que os professores de Geografia, de Biologia, de Matemática, de Química entre outras áreas do saber devem participar do letramento para que o aluno se adequa a cada situação.

Para Soares (2001, p. 24) **letramento** ocorre quando “um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser **analfabeto**, mas ser, de certa forma, **letrado** (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a *letramento*).” Desta forma,

um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, em geral, dita usando vocabulário e estruturas próprios da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, decerto forma, **letrado**, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda **analfabeta**, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do **letramento**, já é de certa forma, **letrada** (SOARES, 2001, p.24, grifo da autora).

O aprendizado pedagógico terá mais resultados se a escola oferecer um local apropriado onde a criança encontre conforto e bem estar no processo de ensino e aprendizagem. Esse ambiente é o espaço onde o professor põe em prática suas atividades pedagógicas, dando maior enfoque às ações desenvolvidas na sala de aula, onde acontecem as trocas de experiências e a interação entre educadores e educandos. Para além dessas condições incluímos a merenda. A merenda é fundamental porque muitas crianças vêm a escola e encontram a primeira refeição do dia na escola. Uma criança esfomeada não aprende nada, não consegue se concentrar e nem tem fôlego para pensar, para participar das aulas nem brincar com os colegas. A merenda de qualidade não deveria faltar em nenhuma escola brasileira. Segundo Rinaldi (2002, p.77):

[...] O ambiente escolar deve ser um lugar que acolha o indivíduo e o grupo, que propicie a ação e a reflexão. Uma escola ou uma creche é antes de tudo, um sistema de relações em que as crianças e os adultos não são apenas formalmente apresentados às organizações, que são uma forma da nossa cultura, mas também a possibilidade de criar uma cultura. [...] É essencial criar uma escola ou creche em que todos os integrantes sintam-se acolhidos, um lugar que abra espaço às relações.

Os processos de alfabetizar e de letrar são duas correntes norteadoras de grande responsabilidades para os profissionais da área educacional. Independentemente de idade esse papel decreta informações definidas que podem ser sanadas por esses profissionais. Para Almeida (2014) é necessário que o professor tenha um conhecimento específico que aborde a aquisição da leitura e da escrita utilizando métodos individualizados para que possa incluir e executar metodologias para instruir o educando através da sistemática do código escrito.

Já Kleiman (1995), enfatiza que o letramento ocorre interna e externamente,

podendo ser vistos em vários contextos sociais, ultrapassando o mundo da escrita, e por isso o letramento é aceito nas escolas que se incumbem em colocar os alunos no mundo escrito. Visto que a escola como uma das corporações mais importantes em engajar o aluno no mundo letrado, mas sem descartar a alfabetização. O termo alfalettrar cunhado de Soares, ilustra muito bem as relações intrínsecas destes dois termos.

A escola tem a tarefa social de alfabetizar. Alfabetizar não é uma tarefa simples. Exige a presença de um profissional porque ela resulta da aprendizagem e não da aquisição. A aquisição ocorre contextos informais, especialmente junto à família, enquanto que a aprendizagem ocorre na escola com a presença de profissionais que controlam os processos de ensino-aprendizagem de forma sistemática, contínuo e consciente (NAMONE, TIMBANE, 2018).

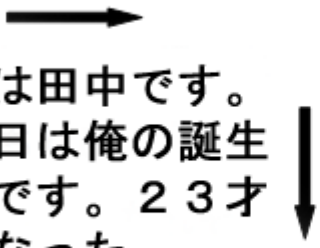
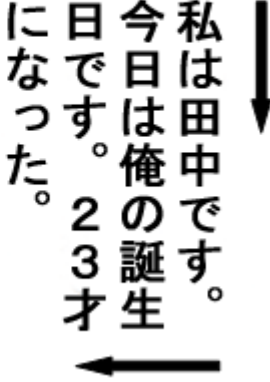
Segundo Morais e Albuquerque (2007) a alfabetização é um processo de aquisição da tecnologia da escrita, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita que ela acontece. Segundo os mesmos autores citados, as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico) depende do trabalho do professor como ator fundamental, mas não importante. (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007).

Em outras palavras, a alfabetização é o processo de aprendizagem das habilidades de leitura, interpretação e escrita de textos escritos. (CAGLIARI, 2009). Esse processo é desenvolvido pela escola por meio do professor que tem a tarefa de adotar metodologias especializadas para ensinar. Caberá ao aluno repetir os processos e orientações dadas pelo professor (TIMBANE, SOUZA, 2018). Entendemos a alfabetização como prática de aprendizagem processual do indivíduo, embasada em normas e regras para aprimoramento e amplitude de habilidades de leitura e escrita nas mais diversas áreas do conhecimento.

A leitura e a escrita nos parece faces da mesma moeda, uma vez que quem lê escreve e quem escreve lê. Estas atividades são simultâneas e concorrem no mesmo resultado: leitura ou escrita. Na leitura decodificamos e na escrita codificamos. Escrever é criar códigos que devem ser decodificados pelo leitor. Todo decodificador deve conhecer na profundidade as regras da codificação, por exemplo: se a leitura é feita de baixo para cima ou de cima para baixo, ou da esquerda para direita ou da direita para a esquerda.

Por exemplo: Tradicionalmente, os japoneses usam um estilo chamado **tategaki** (escrita vertical), com caracteres escritos de cima para baixo e da direita para a esquerda.

Quadro 1 - Exemplo de escrita japonesa

よこがき Horizontal	たてがき Vertical
 私は田中です。 今日は俺の誕生 日です。23才 になった。	 私は田中です。 今日は俺の誕生 日です。23才 になった。

Fonte: Kawanami (2013, s.p.).

Este exemplo mostra que se o aprendiz não sabe como se escreve (codifica) e como se lê (decodifica) nesta língua dificilmente poderá ter sucesso na compreensão. Segundo Morais e Albuquerque (2007), a alfabetização não é uma ação fundamentada em percepção e memorização. Para adquirir o domínio do conhecimento alfabético e consagrar o aprendizado do ato do ler e do escrever, o aluno perpassa por processos contínuos de aprendizagem. As repetições e os exercícios ajudam na memorização das regras. (UAECA, TIMBANE, 2018) O aluno, além de saber o que é escrito, precisa entender de que modo a escrita é representada graficamente na linguagem. Essa consagração hábil e técnica resultará no domínio do sistema de escrita alfabético.

O reconhecimento da alfabetização no território brasileiro se deu em duas fases: a primeira fase, foi legalizada de 1880 a 1920 em razão da última década do império e os anos iniciais da República, devido a disputa entre os modelos de alfabetização pautados em análises (modelo analítico). Como metodologia optou por trabalhar a partir de unidades completas de linguagem para depois separá-las em partes menores e soletração (modelo sintético), em que era preciso soletrar as sílabas, montá-las através de combinações, para reconhecimento das palavras.

A segunda fase, que corresponde de 1820 a 1980, foi marcada pelo ecletismo pedagógico, período de grande complexidade, por ser caracterizado pela coerência dos elementos escolhidos em que havia liberdade na escolha dos diversos métodos.

Segundo Freitas et al. (s.d.) o Ecletismo vem do termo *eklektos*, que significa “eleger” ou “escolher”. O ecletismo provem da atitude filosófica que procura harmonizar os elementos escolhidos entre os diversos sistemas do pensamento.

Segundo Sanchez (apud FREITAS et al., s.d), o ecletismo acarreta numa maior responsabilidade do professor em sala de aula, nas suas escolhas e práticas pedagógicas e esta responsabilidade exige do alfabetizador uma formação mais ampla, de qualidade, crítica e autônoma, e permite a conquista de objetivos mais amplos no ensino da leitura que outros métodos altamente especializados e apresenta uma tendência a vencer as limitações desses métodos de modo a alcançar maiores níveis e alfabetização. Esta fase teve muitos constrangimentos no âmbito da educação, uma vez que não tomava em conta a Pedagogia de Paulo Freire (1921-1997) por levar a muitos o entendimento de que o aluno para flutuar no aprendizado precisava entender através do mundo que o rodeia.

Saber ler e escrever tornou-se instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social [...]. Caracterizando-se como tecnicamente ensináveis, as práticas de leitura e escrita passaram, assim, a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados (MORTATTI, 2006, p. 2-3).

A autora exemplifica que as características moldadas em técnicas são alvo de significâncias para um ensino organizado, de forma intencional sobressaindo o destaque principal para a capacitação do profissional da educação. Especificamente através de técnicas e habilidades, os alunos conseguem dominar e desenvolver novas formas de aquisição do aprendizado por meio das experiências vividas no decorrer do processo. O sujeito provido de conhecimentos detém a autonomia sobre as diversas situações comunicativas na sociedade e conforme a sua evolução, essa capacidade vai se consagrando ao longo do tempo, através de técnicas desenvolvidas pelo próprio alunado.

Mortatti (2006) exemplifica que as proficiências da leitura e da escrita são de bastante consagração, visto que elas atribuem a quem a adquire uma grande transformação social. Todo esse aperfeiçoamento nos leva a crer que a atual

conjuntura do ensino é estabelecida por uma visão que enquadra a aprendizagem do alunado com expectativas de consagração ao ensino, ao meio do cotidiano, à sua vivência de fora da sala que é a sua realidade de mundo.

Com isso pretendemos abordar que os benefícios da alfabetização ajudam o seu humano no enfrentamento aos desafios do mundo letrado que extrapola os limites da escola e do meio familiar. A aprendizagem da leitura e da escrita permite que o indivíduo esteja integrado na sociedade e consiga ler os fenômenos do mundo da escrita. A escrita está presente nas tecnologias e não é por acaso que é fundamental para o domínio dessas tecnologias.

O letramento e a alfabetização desempenham um papel preponderante na sociedade moderna, pois a leitura se torna fundamental para as regras da vida em sociedade. Desta forma, entendemos que a escola desempenha um papel importante na formação do indivíduo enquanto ser ativo e útil para a vida em sociedade.

Terminamos este capítulo chamando atenção ao fato de que, o foco da nossa pesquisa se centra na alfabetização que ocorre no espaço escolar por intervenção do professor como agente qualificado para desempenhar essa função de forma objetiva e técnica. Mas jamais nos distanciaremos do letramento, pensando no alfalettar da Soares (2020). Saber escrever para uma criação se torna um desafio enorme porque codificar e decodificar exigem um gama de conhecimentos que devem ser aprendidos na escola. Há que realçar que podemos alfabetizar “sem o ba-be-bi-bo-bu” (CAGLIARI, 2009) procurando outras metodologias que possam permitir que o nosso aluno aprenda sem sofrimento com memorizações. Tal como aborda, Cagliari (2009), os professores alfabetizadores sempre tiveram uma forte inclinação para seguir métodos prontos, por exemplo, trazidos por cartilhas e obras semelhantes. Sendo assim, é possível pensar em outros caminhos que possam ajudar o nosso alunado na aprendizagem da leitura e da escrita.

3 CAPÍTULO II: A ESCRITA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

3.1 CAMINHOS E FUNDAMENTOS DA ESCRITA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Iniciamos esta parte afirmando que as línguas foram inventadas para ser faladas não escritas. A escrita, comparando-se com a oralidade é recente, quer dizer, o ser humano precisou mais de falar do que de escrever. Mesmo que a escrita cresça e ocupe diversos espaços da sociedade, jamais poderá substituir a oralidade. Aliás, a escrita e a fala são duas modalidades de língua distintas e que usam recursos diferentes. Desde o surgimento da humanidade, a oralidade sempre teve o seu valor e por isso mesmo ainda existem línguas sem escrita, as chamadas línguas ágrafas. Para esses grupos populacionais o conhecimento é transmitido de indivíduo para indivíduo por meio da fala.

Com o passar do tempo, o homem se deu conta de que era necessário criar um modo de comunicação à distância e que para além dos sinais (gritos, pombos correio, fumo, tambores, sinos, etc.) se criou a escrita. Foram criados códigos escritos para se ter uma garantia de não cair no esquecimento tudo aquilo que foi decidido e planejado (MASSINI-CAGLIARI, CAGLIARI, 1999). Houve a necessidade em organizar a sociedade, e a partir desse momento inicia uso da escrita que teve grande importância para promoção do acontecimento como meio facilitador da vida das pessoas.

A escrita abriu um espaço de comunicação desconhecido pelas sociedades orais, no qual tornava-se possível tomar conhecimento das mensagens produzidas por pessoas que encontravam-se a milhares de quilômetros, ou mortas há séculos, ou então que se expressavam apesar de grandes diferenças culturais ou sociais (LÉVY, 2000, p. 114).

O autor nos leva a compreender que vários códigos de escrita nos acompanharam durante todo percurso histórico, no qual o mais evolutivo para as pessoas foi a escrita gráfica em que oportunizou o ser humano a conviver de formas distintas as grandes transformações da sociedade. No Brasil não foi diferente, abordar sobre a escrita gráfica é levar ao entendimento das pessoas, a representatividade que ela tem para formação do indivíduo. Cagliari (2001) chama atenção para o fato de que as pesquisas sobre as metodologias de ensino não podem parar. Numa pesquisa intitulada “como alfabetizar: 20 anos em busca de soluções” de Cagliari

(2001) nos chama atenção e encoraja para que continuemos lutando para novas metodologias e métodos que tornem o ensino mais eficiente e que os nossos alunos realmente aprendam.

De fato, o que precisamos entender são as especificidades, como por exemplo, o lugar que a escrita ocupa, sendo privilegiada por lei (Acordo ortográfico) em que é preciso oferecer sua prática e aprimorá-la por forma a que se assegure um bom aprendizado e uso no cotidiano. No Brasil, a escrita perpassa por uma nova roupagem. Vem sendo bem inovadora e condizente para sociedade atual. Hoje, a escrita é privilegiada porque todos os documentos oficiais e do convívio social está presente; as redes sociais e as tecnologias se valem da escrita para que sejam compreensíveis. Quem não domina a escrita fica excluído nos grandes círculos da sociedade.

Todas as manifestações orais (como é o caso do Boletim de Ocorrência numa delegacia) só ganham valor jurídico quando redigido. Qualquer pedido formal em uma instituição governamental tem de ser por escrito. Esses exemplos provam que a escrita recebeu maior valor perante a sociedade moderna. Acreditamos que tanto a oralidade, quanto a escrita têm seu lugar de respeito. Porém, é importante lembrar e nos atentar que, existem escritos que emanam escritas cruéis como por exemplo: lei que permite o tráfico escravizado. Os acontecimentos orais de grandes valores culturais que transcendem séculos se manifestam pela oralidade. É o exemplo de samba chula, saudação aos orixás em celebrações afro-brasileiras, técnicas de pescado e mariscagem, o que nos deixam agraciados e amparados a contemplar os fenômenos escritos.

A escola tem a tarefa de ensinar a escrita e criar formas para que os alunos aprendam. Os estudos de Cagliari (2009), Cagliari e Massini-Cagliari (1999), Soares (2020) proporcionaram-nos um novo olhar mais atencioso sobre questões da educação das séries iniciais, porque essas séries são a base para o sucesso nas fases posteriores.

É necessário refletir e rever os modelos metodológicos da alfabetização e do letramento para as crianças não aprendam de forma humilhante, obrigadas e constrangidas. É fundamental direcionar esse ensino de maneira não agressiva para todas as crianças, já que muitas das escolas, num passado recente ainda adotavam à palmatória como método e concebendo o uso tradicional da cartilha como material para ensinar crianças a ler e escrever.

No passado, o professor não incentivava o aluno, apenas dava o conteúdo e

exigia dos discentes mais do que ensinava; não propiciava para que o aluno não adquirisse mais conhecimentos nos seus estudos. Os alunos só deveriam repetir o que o professor falava e não poderiam ser criativos porque o professor era o único que sabia e os estudantes eram simples recipientes que acolhiam o conhecimento. Em outras palavras eram tábuas rasas.

Entendida como teoria revolucionária para o âmbito da alfabetização com ênfase no ato de ler e escrever, desencadeou uma ação de composição de grifos, na expectativa da teoria da psicogênese da língua escrita, descoberta através dos seus estudos as autoras se consagram em razão ao enfoque da sua origem de pesquisa e a melhora dos papéis agraciados a alfabetização pela relação da teoria da psicogênese da escrita da criança. Segundo a sua pesquisa Ferreiro (1999), relata que:

O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças. Quando tentam compreender, elas necessariamente transformam o conteúdo recebido. Além do mais, a fim de registrarem a informação, elas a transformam. Este é o significado profundo da noção de assimilação que Piaget coloca no âmago de sua teoria (FERREIRO, 1999, p. 24)

Ferreiro argumenta que a psicogênese da língua escrita como hipótese teórica esclarece a passagem que as pessoas perpassam a apropriar-se da língua escrita. Para Ferreiro (1999), para adequar-se ao sistema alfabético, a criança potencializa múltiplas hipóteses sobre a escrita. O aprendiz busca iniciativas para compreender as características da língua oral e escrita tentando entender para que assim reflita e elabore hipóteses sobre o posicionamento do sistema alfabético para que alcance os conhecimentos sobre leitura e escrita. Na concepção de Ferreiro, (2002, p.36), atenta-se quando argumenta:

Minha função como investigadora tem sido mostrar e demonstrar que as crianças pensam a propósito da escrita e que seu pensamento tem interesse em coerência, validade e extraordinário potencial educativo. Temos de escutá-las. Temos de ser capazes de escutá-las desde os primeiros balbúrcios escritos, contemporâneos de seus primeiros desenhos. (FERREIRO 2002, p. 36).

A percepção sobre a forma de compreender e interpretar seus próprios pensamentos sobre a escrita é um momento importante, pois a teoria fornece pistas

fundamentais para a atuação didática do professor. A alfabetização é uma técnica de construção de conceito que se amplia de forma simultânea (parte externa e interna) da sala de aula e que o aprendizado da regra de escrita não se restringe a codificação e a decodificação na relação grafema (letra) e fonema (som).

É verídico que os estudos feitos por Ferreiro (2015), nos deixam bem esclarecidos que o processo para apropriação da escrita não sucede em um único caminho, mas sim de contorno gradual, onde o sujeito vai adquirindo entendimentos que aumenta ou diminui pouco a pouco ou seja, ele perpassa por várias reflexões até chegar ao nível limite da escrita. Ferreiro declara que:

A construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora aberta a interação social, na escola ou fora dela. No processo, a criança passa por etapas, com avanços e recuos, até se apossar do código linguístico e dominá-lo. O tempo necessário para o aluno transpor cada uma das etapas é muito variável. Duas das consequências mais importantes do construtivismo para a prática de sala de aula são respeitar a evolução de cada criança e compreender que um desempenho mais vagaroso não significa que ela seja menos inteligente ou dedicada do que as demais (FERREIRO, 2015).

Os alfabetizadores devem estar ligados às transições, já que uma grande falha implícita no ensino é a ausência de informação por parte dos educadores, em que ignoram que cada criança tem as suas próprias limitações e dificuldades, e que devem ser respeitadas, já que todas as crianças aprendem no seu tempo adequado. Na fase de construção alfabética, a criança utiliza-se de uma ideologia para aperfeiçoamento das palavras coletando dados dos seus pensamentos e construindo as suas próprias produções, um modelo claro que é resultante das produções orais e escritas a depender do ritmo de aprendizagem de cada criança. Embora esteja no mesmo dilema, as crianças utilizam a criatividade para aprender a escrita, criam estratégias de aprendizagem para ultrapassar dificuldades. Ferreiro e Teberosky Argumentam a respeito das progressões alfabéticas:

[...] Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia...insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 11).

O nível de escolarização no sistema de escrita alfabética (SEA) é um método teórico da psicogênese que faz parte da fundamentação de documentos do Ministério da Educação (MEC), instituídos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de língua portuguesa do 1º ao 5º ano, desde 1996. O método elencou grandes desafios na educação brasileira, desde a sua criação. A seguir mostraremos os períodos de aquisição da escrita.

No período **pré-silábico**, a criança ainda não percebe que, o que se nota na escrita são registros de sequência de partículas sonoras das palavras. Inicialmente, a criança marca desenhos de escrita, dá início a uma fabricação de rabiscos, bolinhas e garatujas ainda não são letras, porém, na proporção que observa os vocábulos em torno de si. Esses rabiscos vão se elevando gradualmente e aos poucos mudam de forma até o momento em que consegue desenhar letras, sendo capaz de produzir seu nome próprio ou outras palavras.

A criança passa a empregar letras, no entanto, sem pôr semelhança entre elas (as partes orais da palavra que quer escrever). Pode até mesmo mostrar o que alguns pesquisadores titulam de **realismo nominal**². Por exemplo: elementos grandes como carro, seriam escritas com várias letras, enquanto elementos pequenos como formiguinhas seriam escritas com poucas letras devido a sua percepção do tamanho do elemento. Nessa etapa pré-silábica a transformação acontece sem orientação de um adulto, tudo acontece espontaneamente pelo seu raciocínio. Há duas progressões, os níveis I e II:

O primeiro se chama **Pictórico** e é nesta fase em que os desenhos não têm figuração, como as garatujas ou os rabiscos feitos pela criança; no segundo nível, chamado de **Ideográfico** é um momento em que usa desenhos para representar vocábulos com muitas ou poucas letras.

Tendo passado desta fase, a criança alcança o **período silábico**, onde há uma mudança repentina, o aprendiz descobre que o que se escreve relaciona-se com a oralidade no ato da sua fala. Entretanto, a criança compreende que as letras podem ser trocadas por pedaços (sílabas), que pronuncia. No decorrer da mudança a criança ainda não ilustra com atenção quantas e quais letras precisam aplicadas para cada

² Fase denominada por Jean Piaget para designar uma característica do pensamento infantil em função do qual a criança expressa dificuldades em dissociar o signo da coisa significada, quer dizer, se manifesta pela dificuldade em conceber a palavra e o objeto a que se refere como duas realidades distintas. Esse fenômeno ocorre num determinado estágio do desenvolvimento cognitivo da criança e foi denominado de realismo nominal.

vocábulo, porém comprova que a escrita exprime a sonoridade das palavras, pois quando lê no momento que escreve procura combinar sílabas orais e pronunciá-las com as letras que escreveu. Essa fase pode acontecer de duas maneiras:

- a) O **silábico quantitativo** em que não expressa valor na sonoridade, evidencia uma letra para cada parte da palavra pronunciada, contudo na maioria das vezes há letras que não obedecem as partes das sílabas orais da palavra escrita.
- b) O **silábico qualitativo** que é apresentado o valor sonoro, no qual a criança atenta-se na escrita em alocar uma letra para cada sílaba da palavra levando a sílaba a obedecer ações nos pedaços orais da palavra. Nesta fase é comum a criança escrever consoantes por entender que as letras são sílabas e acharem que estão escrevendo palavras apenas com consoantes como por exemplo: K V L (para formar cavalo).

No nível **Silábico-alfabético** há um salto qualitativo bem elevado, devido ao uso perceptível da criança onde ela percebe que na escrita registrada há semelhantes nos pedaços orais que exprimem. A criança deve atentar-se que o som que propagou no interior da sílaba estabeleceu-se um conjunto de hipóteses e uma transição, pois após a palavra ser compreendida pode ocorrer a posição de duas ou mais letras para alocar uma sílaba ou pode pensar conforme hipótese silábica e acaba colocando exclusivamente uma letra para uma sílaba inteira, procedendo do dessa maneira J A E L A (JANELA).

É comum nesse período, a criança compreender que os erros ortográficos são bem presentes, no entanto seguindo uma regra. Para tanto é de suma importância atentar-se que esta última fase da técnica de apropriação do SEA é fundamental para a produção da escrita. Esta fase não garante que a criança está alfabetizada, porque ela precisa dominar as combinações som-grafia da língua portuguesa, que nesses momentos necessitará do auxílio do professor para fazer algumas intervenções. Para que a criança avance em cada etapa dos direitos de aprendizagem e concretize esses direitos é necessário realizar as atividades de memorização e práticas da escrita para que possam brotar textos e leituras significativas, contextualizadas com autonomia. Para Ferreira,

A criança aprende a técnica da cópia, do decifrado. Aprende a sonorizar um texto e a copiar formas. A minha contribuição foi encontrar uma explicação, segundo a qual, por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa. Essa criança não pode se reduzir a um par de olhos, de ouvidos e a uma mão que pega o lápis. Ela pensa também a propósito da língua escrita e os componentes conceituais desta aprendizagem precisando de ser compreendidos. (FERREIRO, 1985, p. 14).

Os métodos mencionados demonstraram um percurso de grande valia no âmbito educacional, porque através deles pode-se comprovar o grande sucesso obtido nas escolas de todo Brasil. Para a autora, o seu julgamento sobre o processo, advém do simples fato de educadores evidenciarem a cópia para desenvolver habilidades de escrita nos alunos. Todas as técnicas construtivistas que envolvem os processos da escrita permitem com que a criança escreva de forma espontânea, sempre mediado com o que já compreende e com as informações trazidas do convívio familiar e da comunidade do seu contexto social.

O sistema de escrita alfabética é real porque propicia a criança a pensar no momento em que escreve, respeitando os princípios. Em comprovação, temos os programas voltados para educação que têm como referência o progresso da alfabetização, as condutas regidas sobre a Psicogênese da Língua Escrita.

3.2 O ENSINO DA ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Na década de 1980, a prática pedagógica do ensino brasileiro, no ciclo alfabético apresentou um modelo constituído através das relações tradicionais em que era ligada à reprodução mecânica de conteúdo. O livro didático, como qualquer outro recurso, tem sua importância condicionada ao uso que o professor dele faça. Não só pelo seu emprego correto, mas sabendo explorá-lo em função dos objetivos a alcançar, sabendo enfatizar os seus pontos fortes e anular os seus pontos fracos (ROMANATTO, 2004, p.5).

O livro didático é um objeto de grande valor para o ensino-aprendizagem, e norteador do conhecimento, tanto para o professor como para o aluno, mas não é o único recurso a ser utilizado como forma de aprendizagem. O professor como mediador precisa trazer para sala de aula outros recursos didáticos para que o aprendizado seja mais lúdico e de fácil aceitação por parte dos alunos (TIMBANE,

FERREIRA, 2019). O livro é norteador, acompanha os momentos de aprendizagem dos alunos e serve de apoio direto tanto na escola como nas tarefas de casa. Estabelece diálogo entre a escola e a família. Se o pai quer saber o que o seu filho aprender, vai para o livro e entrará os conteúdos e as atividades realizadas. Romanatto explica que “[...] o livro didático é um eficiente recurso de aprendizagem no contexto escolar. Sua eficiência depende, todavia, de uma adequada escolha e utilização [...]” (ROMANATTO, 2004, p.5)

O livro didático como artefato básico do ensino, é de ampla apreciação por parte dos educadores por oferecer formas distintas de conduzir o educando para aprendizagem significativa, cabendo o seu uso e a sua escolha por parte do educador. O que se vê nas escolas é que alguns profissionais ainda se apegam ao uso do livro didático como ferramenta adequada para o ensino e aprendizado das crianças, sendo o escolhido pela maioria como solucionador das dificuldades do aprendiz na sala de aula.

Para tanto é de se pensar que o modelo de ensino no Brasil teve uma mudança muito significativa, principalmente nas séries iniciais. O avanço alcançado pela educação do ensino fundamental I, inspirou muitos pesquisadores a pensar na melhoria da qualidade do ensino. Em entrevista à revista “Presença Pedagógica”, Soares (2012) defende que

[...] A partir da metade dos anos de 1980, quando a psicologia cognitiva e as ciências linguísticas se voltaram para a aprendizagem da leitura e escrita como objeto de pesquisa, a preocupação passou a ser, por um lado os fundamentos para definir a melhor forma de a criança aprender, por outro, as características do objeto da aprendizagem, a língua escrita. O foco não era mais **como se ensina**, mas **como se aprende**, e como se aprende este objeto, a escrita. (SOARES, 2012, p.6, grifo da autora).

De acordo com Soares (2012), o ambiente escolar executa funções educativas que permitem a inclusão do educando nos anos iniciais, elencando e permitindo a compreensão, o uso social da escrita, determinando práticas e obrigações de leitura que oferecerão as aprendizagens escolares guiadas pelo professor.

A cada momento surge um novo modelo de aprendizagem que direciona o professor a uma nova etapa de conhecimento que assegura a formação intelectual da

criança. O uso das várias técnicas permite ao aluno, o acesso ao conhecimento coletivo que resulta na inserção do aluno na vida em sociedade. O surgimento de novos modelos se justifica pelo fato de que a sociedade muda e o aluno também. Há necessidade de adaptação às realidades do aluno. Por exemplo: o aluno das séries iniciais tem acesso às tecnologias. Ele consegue aprender por meio das tecnologias. O professor precisa se adaptar e se recriar para aprender junto com o aluno.

Garantir o direito à educação é dever do Estado (Art. 205, BRASIL, 1988). De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1999, p.23), a alfabetização é descrita como:

[...] conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas, a maioria mulheres, que não têm a oportunidade de aprender [...]. A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida (UNESCO, 1999, p. 23).

Para a UNESCO, a alfabetização é vista de forma respeitada e essencial para as pessoas, e quão grandemente essa educação impacta nas transformações individuais e também sociais. Falando sobre as pistas da educação, a UNESCO (2010, p.31) apresenta quatro pilares fundamentais que se baseiam em: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.” De acordo com a UNESCO,

O conceito de educação ao longo da vida é a chave que abre as portas do século XXI; ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. Além disso, converge em direção a outro conceito, proposto com frequência: o da **sociedade educativa** na qual tudo pode ser uma oportunidade para aprender e desenvolver os talentos (UNESCO, 2010, p.32, grifo do autor).

Desta forma, o professor que não se inova e se recria nas suas metodologias pode ter dificuldades de se adaptar a esta realidade do séc. XXI. A educação não poderia apenas formar o aluno para o conhecimento científico, mas também deve formar para a vida, tal como Timbane e Ferreira (2019) salientam no capítulo “a família, a escola e o aluno: quem ensina o que e para quê?”

Uma das inovações da educação que está no foco de toda essa abordagem em toda a rede educacional e a igualdade na aprendizagem da Educação Básica

intitulada pela sigla Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que assegura ao educando uma educação de qualidade, já que exige a promoções competências e habilidades que o indivíduo precisa ter para que se alcance o nível máximo da aprendizagem e atue de forma participativa e significativa na sociedade.

A BNCC mostra que toda criança, seja ela da rede pública ou privada, deve ser alfabetizada e que haja igualdade nos conteúdos independentemente do nível de aprendizagem, independente da sua condição financeira. A BNCC foi criada com a finalidade de desenvolver essas habilidades com propósito agregar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade e de beneficiar e assegurar a qualidade do ensino em toda educação brasileira.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, assegura e distingue a educação como direito fundamental partilhado entre Estado, família e sociedade ao definir que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art.205).

Para consentir determinados propósitos dos materiais estudados no campo da educação escolar, o documento Constitucional, no Artigo 210, já adota uma norma sobre a obrigação de que estejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Ainda baseadosnesses padrões constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, determina que é dever da União:

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996, ênfase adicionada).

Nesse parágrafo, a LDB admite e esclarece dois julgamentos cruciais para o total desenvolvimento da temática sobre o aspecto que condiz ao eixo curricular do nosso país. No início da citação fica esclarecido a semelhança entre o que é básico-comum e o que é diferente em matéria curricular, essa compreensão sucinta que as competências e diretrizes são comuns, já os currículos são múltiplos. A segunda é

referente ao currículo. Sua pronúncia expressa sobre os conteúdos curriculares voltados aos aparelhos de estudos do desenvolvimento de competências. A LDB dirige e especifica as aprendizagens essenciais, e não somente os poucos conteúdos a serem lecionados. Essas são duas noções fundamentais da BNCC.

Depois dos debates aqui apresentados, resta-nos apontar que a alfabetização é um assunto sério nas sociedades modernas. O futuro da nossa sociedade depende da formação com qualidade das crianças de hoje. Quanto mais as crianças estão alfabetizadas, elas poderão atender os anseios do futuro. Vivemos numa sociedade em que escrever e ler são elementos importantes para convivência e progresso em todas as esferas da vida em sociedade. Sendo assim, os professores enquanto moderadores desta aprendizagem precisam adotar caminhos que possam transformar a educação num momento ímpar da criança.

As tecnologias devem estar presentes no processo de ensino aprendizagem, pois isso poderá favorecer para o crescimento intelectual mais eficiente. É de suma importância reconhecer que o aluno não vem de casa sem conhecimentos, quer dizer, não é uma tabua rasa, como se pensava anteriormente. O aluno chega já com uma bagagem de conhecimentos que precisam ser sistematizados pelo professor em sala de aula.

É necessário motivar para que o aluno assimile o universo cultural da comunidade em que está inserido. Quer dizer, o respeito pelas práticas culturais deve estar presente em sala de aula. Por outro lado, seria interessante que esse aluno seja o garante para continuidade dessas práticas culturais que são a identidade de um povo e da comunidade de onde provém. Deve-se pensar na interação entre a sociedade e o aluno e vice versa. Não é justo que a sociedade se considere parte externa do processo educativo. Pais e líderes comunitários devem participar da vida escolar por forma a garantir que haja harmonia e sem separação entre os dois espaços. Timbane e Ferreira (2019) levantam essa problemática ao chamar atenção para a união de forças que poderão contribuir para uma educação de qualidade.

3.3 METODOLOGIA ATIVA

Compreendemos que o modelo de ensino tradicional é um dos métodos que mais prevalece nas escolas do nosso país, muitos dos responsáveis pela educação brasileira como as instituições governamentais, acreditam que o ensino tradicional

exerce um alto poder de aprendizagem. A metodologia ativa, segundo Silva (2019, p.158), “centra o processo de ensino-aprendizagem no aluno, tomando-o como sujeito singular, defende uma aplicabilidade da teoria sobre a prática e revela que só tem validade um conhecimento se proporcionar uma intervenção na realidade, solucionar os problemas.”

Da perspectiva de Silva, o método ativo critica a educação formal e o ensino tradicional, defendendo que aquele tipo de educação não corresponde mais a realidade e que não atende mais aos anseios do mercado atual. Outros pesquisadores discordam desse método e não apreciam esse tipo de abordagem educacional, por acreditar que há várias maneiras em adquirir o conhecimento de forma prazerosa sem fazer com que a criança seja obrigada a aprender através da memorização coagida, e por ser contraditórias as novas tendências educacionais, crer-se que o ensino tradicional constitua um dos fatores de bastante relevância para o desenvolvimento da aprendizagem da criança, em que o aluno adquira um aprendizado lento por conta do ensino mecanizado conduzido pelo educador.

Cremos que todas essas contradições se fazem importantes conhecer para que possamos refletir sobre todas as transformações do processo de ensino aprendizagem para que evolua para uma melhoria no aprimoramento do modelo educacional, em que através de pesquisas ocorrem diversas modificações em que eleve o ensino a nível de qualidade para toda a sociedade. Hoje temos as tecnologias (multiletramentos) e estas deveriam estar presentes em sala de aula. Este momento de pandemia está mais que claro que a educação ficou atrasada com relação a tecnologia. A educação moderna hesitou a inclusão das tecnologias na escola e no ensino e agora, com pandemia tivemos que nos readaptar para atender esta nova realidade.

É de suma importância pensar na metodologia ativa para uma abordagem de ensino qualificado, por desenvolver uma prática pedagógica como complemento de aprendizagem inovadora que possibilita ao educando uma alternativa de conhecimento. A metodologia ativa busca o aprendizado com mais eficiência, influenciando compreender melhor o seu alunado, levando cada aluno a desenvolver sua prática de aprendizagem priorizando o seu próprio conhecimento e criatividade construindo por meio dessa metodologia uma nova técnica para que os alunos possam permanecer numa interação constante nas matérias abordadas em sala de aula. Essa atitude levará com que os conteúdos tratados estejam alinhados às

necessidades de aprendizagem dos alunos.

Levando em consideração a compreensão sobre a metodologia ativa, estima-se que como método inovador de ensino consiste no aproveitamento do educando, priorizando as suas ideias e criatividade, em que o aluno tem a capacidade de desenvolver através da sua ideologia, o conhecimento por meio das descobertas, investigações ou resoluções de problemas. Suas estratégias didáticas se dão por meio da ludicidade, expandindo novos saberes e ações, ou seja, é um método que agrega a todos, tanto o público interno como externo, tanto o professor como o aluno trabalham de forma organizada e prazerosa e o educando se sente responsável pelas suas ações e obrigações, para com escola e a sua vida social.

A prática da metodologia ativa consiste na transformação do indivíduo tornando-o capaz de aprender novas técnicas de aprendizagem com mais autonomia sendo uma pessoa capaz de construir outras mais avançadas para o melhor envolvimento ao mundo letrado visto que a metodologia ativa auxilia o aluno na busca de novas técnicas de aprendizagem.

Segundo Christensen et al. (2013), não é preciso correr para que se alcance o aprendizado, o educando aprende de acordo com a sua capacidade de evolução mental. Os autores enfatizam que:

O ensino híbrido é um programa de educação formal no qual um aluno aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino online, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, lugar, modo e/ou ritmo do estudo, e pelo menos em parte em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência (...). As modalidades ao longo do caminho de aprendizado de cada estudante em um curso ou matéria são conectadas para oferecer uma experiência de educação integrada (CHRISTENSEN et al., 2013, p.7).

Para os autores, a metodologia ativa contempla o aluno a exercer um ensino híbrido visto que, a tecnologia está cada vez mais presente na vida da criança, é comum a tecnologia fazer parte do seu cotidiano. Para tanto é uma tendência que une tecnologia e ludicidade que por meio do trabalho em equipe e divisão de tarefas leva a um aprendizado de eficiência, priorizando o ensino à distância possibilitando ao educando o aprendizado do comando, cooperação e negociação sobre ordem do indivíduo que se encontra em contexto e revolucionando o ensino com uma combinação de experiências e tecnologias digitais.

Todavia se faz relevante entender que, para se praticar a metodologia ativa é preciso que o educador expanda no aluno um artifício que possa intensificar e

abranger seus estudos. É preciso aguçar a motivação de cada aluno, contemplar um diálogo, cultivar as histórias vivenciadas, estimular os conhecimentos e consentir as precisões de cada sujeito.

É compreensível saber que a metodologia ativa instiga diferentes formas de aprendizagens, evidenciam as competências e habilidades do educando, permitem o ensino de forma dinamizada e suaviza o trabalho do professor em sala de aula, porém seu ensino é mais viável sobre o uso de ferramentas digitais, o que poderia ser um problema no desenvolvimento do ensino através do uso da metodologia ativa. Muitas instituições de ensino não disponibilizam de aparelhagens que possibilitem acontecer os estudos por meio dessa metodologia, visto que a falta desses equipamentos não garantem um ensino comum a todos os envolvidos.

4 CAPÍTULO III: PROGRAMAS DE ENSINO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.1 O QUE DIZEM OS PROGRAMAS DE ENSINO DO 1º ANO?

A educação brasileira, por meio do Ministério da Educação disponibiliza vários materiais de ensino. Os materiais das séries iniciais são os que constituem grandes vilões do bom aprendizado, porque são séries em que o educando principia a vida escolar, e é um período que necessita de bastante cuidado, delicadeza e atenção para que o educando tenha uma formação com qualidade.

No Brasil, a inserção dos programas de educação de incentivo à leitura, tem como referência para o progresso do leitor as condutas regidas sobre o MEC. Com a finalidade de promover o ato de ler a todo o indivíduo, o governo federal criou vários programas que priorizam as escolas a desenvolver habilidades e técnicas de leitura que possibilitem ao aprendiz na aprendizagem de conhecimentos que levem ao sucesso no âmbito pessoal e profissional.

O progresso da alfabetização exige condutas regidas por todo corpo da instituição educacional governamental, que tem como responsabilidade maior promover a leitura e escrita por meio dos programas de incentivo que o país disponibiliza a todo território nacional. Como importante aliada na formação das pessoas, a leitura concretiza e congrega com grande destreza um sujeito capaz de compreender e interpretar bem o que lê e escreve, fazendo toda diferença. Desenvolve satisfatoriamente sua maneira de ver o mundo e possibilita por meio desta o crescimento do conhecimento e da cultura letrada.

Para melhoria do aprendizado nas escolas, em 2021, o MEC implantou programas de incentivo à leitura e escrita, com a finalidade de promover o direito à alfabetização aberta no território brasileiro, já que foi observado que a maioria das crianças não conseguia sucesso no aprendizado escolar, especialmente na escrita e na leitura.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), como programa de incentivo ao leitor, precisava alcançar a melhor qualidade do ensino em todas as comunidades através da promoção de diversos cursos e oficinas de capacitação de educadores, para docentes das séries iniciais, até o final do terceiro ano do fundamental, com a finalidade de ampliar conhecimento e aprendizado a toda criança brasileira.

Uma sociedade letrada e alfabetizada garante o melhor exercício da cidadania, já que vai entender e saber sobre os seus direitos e deveres. Só tem reconhecimento social pessoas que utilizam na fala e na escrita ferramentas ideológicas que potencializam o poder, ou seja, pessoas letradas e alfabetizadas constroem elos de comunicação que elevam ao progresso da cidadania e propiciam a inclusão dos indivíduos na sociedade quando é uma sociedade escolarizada que domina leitura e escrita.

A nossa sociedade valoriza a alfabetização dos seus membros e sabe que estes podem transformar o mundo em redor porque todos os avanços tecnológicos que a nossa sociedade usufrui resultam da educação. Vivemos num mundo em que a diversidade de ideias e de conhecimentos torna o mundo mais democrático e cultural. Segundo Conceição e Brito, sendo a escola uma instituição moderna encarregada de transmitir a cultura às novas gerações é nela que as expressões “aprender a ler” e “ler para aprender” ganham o seu significado, “para posteriormente alcançar um dos objetivos básicos que é o de formar o leitor crítico da cultura”. (CONCEIÇÃO, BRITO, 2012, p.1).

As palavras das autoras são bastante pertinentes, porque o aluno garante seu conhecimento proveniente de sua cultura familiar ou social, podendo o livro didático passar despercebido pela criança. Basta o professor mediá-lo, concentrando suas aulas no conhecimento aprendido nas capacitações profissionais, permitindo ao aluno uma compreensão de forma agregada a sua cultura, criando desafio, para possibilitar o aprendizado da maneira analítica com sabor de diversão e apropriação automaticamente vinda da criança.

Com os municípios agraciados com a implantação do PNAIC, nas escolas, a educação evidenciou progresso na maioria das instituições, se comparado com os anos anteriores a 2012. As inovações trazidas pelo PNAIC promoveram aos educadores, o desenvolvimento das habilidades no ensino, levando as diversas formas de aprendizagem através da ludicidade e autoestima.

Com o trabalho em sala de aula, o programa propunha ao educador a (i) construção de diversas formas de conduzir o aprendizado, mediados através das histórias e motivação para interação do grupo; (ii) brincadeiras tradicionais do conhecimento das crianças, em que essas brincadeiras eram reproduzidas em forma de textos e fixados em sala de aula, para maior aproximação do aluno em memorizar o texto lido e, apropriação da leitura e escrita de palavras contidas no texto ou fora

dele.

Com a finalidade de conduzir a criança, ao envolvimento literário, gramatical e lúdico, os textos reproduzidos em cartaz pelo professor, estabeleciam ações de elencar aprendizado inspirados no planejamento sequencial didático, intercalando outras disciplinas e conteúdo a serem estudados. Como suporte avaliativo da criança, priorizava-se a escrita espontânea, que ilustrava o que a criança aprendeu de forma livre, considerando e respeitando o momento de reflexão da criança, na execução da atividade, demonstrando ao professor sua capacidade de aprendizagem.

Baseando-se nas modalidades citadas anteriormente, ainda era possível, a criança desenvolver hábitos de leitura e ampliar esse conhecimento ao seio familiar, sendo que eram agraciados com livros literários para submeter a troca de ideia compreendida através do livro de leitura que os alunos recebem para ampliar seu conhecimento literário.

De acordo com o Art. 5º da Portaria nº867 que diz que a finalidade do PNAIC é: I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica; III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e alfabetizadores; V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.

As propostas do programa compreendem diversas formas sobre sua aplicação, pois não responsabilizam somente o educador, quer dizer, seu comprometimento parte também do educando porque seu aprendizado e depende muito do seu interesse para com os estudos, e isso o programa desenvolve no aluno de maneira altamente harmoniosa e autônoma.

Para tanto, o grande desafio em exercer esses programas é a disponibilidade do tempo do professor e o seu comprometimento, visto que precisa-se de dedicação calma e tolerância para que tudo se manifeste satisfatoriamente. Porém, muitos educadores não se adaptaram ao programa por exigir muito do professor em sala de aula. As etapas do programa precisam de mais tempo, tanto para o aluno quanto para o professor, por esse motivo a aceitação do programa foi um desafio muito grande para os educadores e coordenadores, não deixando de mencionar os gestores da escola.

Mesmo assim, com toda dificuldade de aceitação, o PNAIC apresentou conteúdos interessantes para todas as instituições do sistema educativo promovendo distintas aprendizagens e apropriação do conhecimento porque o trabalho com o PNAIC propiciou novas formas de ver a educação com mais encanto, tanto para o professor quanto para o educando. Os programas de educação não são suficientes para que a educação tenha seu nível de ensino elevado. Falta a inclusão de conteúdos que atendam alunos especiais, assim a formação de professores que possam atender esse grupo social.

4.2 AS LEIS E DIRETRIZES DE BASE (LDB): PROCURANDO CAMINHOS

Tomando como base o artigo 32º da LDB, que instiga a contemplação e elevação do ensino fundamental de 9 anos como principal paradigma para formação de nível de escrita e leitura do cidadão, é imprescindível para população brasileira que a criança tenha seu primeiro ponto de partida educacional iniciados aos 6 anos de idade tendo como obrigatório e duradouro até os 9 anos perdurando assim até ao ensino médio.

Entende-se que a criança em plena idade obrigatória, articula-se de vários meios de aprendizagem, quer dizer, não aprende por um só estilo, já que é um momento de formação de diálogos e opiniões que vão ser formuladas e formadas ao longo do tempo. O ato de ler e escrever é compreendido através do que o aluno está interagindo constantemente com a participação em diversos espaços da sociedade. Ele conhece por meio da sua compreensão e visão de mundo tudo aquilo que o cerca. É ele quem colhe e absorve o essencial para pleitear a sua técnica de aprendizagem. Essa abordagem é compreendida quando entendemos nos escritos de **Rosa** quando afirma o seguinte:

Aprender a ler e a escrever significa adquirir uma tecnologia: a de codificar em língua escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita (ler). Porém adquirir não é o suficiente, é necessário se apropriar dela. Isto significa fazer uso das práticas sociais de leitura e de escrita, articulando-as ou dissociando-as da prática de interação oral, dependendo de cada situação vivida. (ROSA, 2012, p.17).

Para a autora, o desenvolvimento que condiz com o aprendizado e o uso das práticas sociais de ler e escrever com pleno domínio, é específico da capacidade do

indivíduo, que a partir do que aprendeu com sua técnica vai aperfeiçoando e aprimorando sua capacidade de aprender. Com a implantação do ensino de nove anos as escolas brasileiras veem a cada dia progredindo e conseguindo amenizar a decadência do ensino das séries iniciais por conta do envolvimento de outras instituições do governo. Segundo informações contidas na LDB indicam que é de total competência a promoção do educando em aprender a conviver com o outro, saber tolerar e respeitar, ou seja, o momento de trabalho em grupo precisa ser um momento de interação inclusiva e não excludente.

4.2.1 Elementos positivos e negativos da LDB

O papel da LDB é legitimar e regulamentar o sistema da educação da rede pública ou privada do Brasil do nível da educação básica e médio. Sendo obrigatoriamente gratuita, ela implica em técnicas que permitam possibilitar o engrandecimento da educação a nível elevado de qualificação, exercendo no educando sua inserção ao âmbito educacional, assegurando o direito a uma educação de qualidade.

A nossa real convivência com a educação nos leva a perceber que toda obrigatoriedade garantida por lei evidencia oportunidades de desenvolvimento para gerações que visa promover uma sociedade autônoma de direitos, mas infelizmente, o que se vê de fato, é que a obrigatoriedade não oportuniza a todas as comunidades. Presenciamos diversas precariedades em instituições que perpassam um ensino de qualidade, pois as leis educacionais advertem que é dever da união garantir um ensino de qualidade em espaço arejado e ventilado, mas o que observamos é que em pleno século XXI, ainda existem instituições que sofrem com a falta de espaço físico, enfim falta de infraestruturas.

Muitos gestores educacionais tentam juntamente com o corpo docente e demais colaboradores, reverter o quadro crítico de algumas instituições para que possam executar um trabalho de qualidade que faça jus à população. Entende-se que o governo tem uma boa parte da culpa no exercício da cidadania escolar, mas é fato que a sociedade também tem sua parcela a contribuir, já que como cidadão se faz

necessário por dever cuidar do patrimônio que é nos dados para que faça acontecer a educação em nosso país. Deve-se conscientizar a todos da comunidade que, a escola é um bem comum a todos, e que é nosso dever cuidar dele para que assim possamos usufruir e deixarmos para as gerações futuras.

É preciso que os professores preparem a sala de aula para receber esses alunos em um ambiente apresentável que leve a motivação dos envolvidos no processo, afinal está em ambiente que proporcione momentos de inteira integração harmoniosa para possibilidade de aprendizado de qualidade e bem estar, e de grande valia, já que a maioria dos alunos não disponibiliza de ambientes instáveis que favoreçam calma para que adquira mais conhecimento em momentos de estudo, o que garante qualidade de vida.

Neste contexto priorizamos discutir sobre o espaço físico porque acreditamos que seja de suma importância para alunos e professores, já que a LDB exige um ensino de qualidade, entendendo que esse ensino tenha que partir também do espaço de acolhimento. De acordo com Zabala a infraestrutura acaba se tornando uma condição básica para poder levar adiante muitos dos outros aspectos-chave. Sem condições, o projeto educativo passa a ser um sonho apenas. As aulas convencionais, segundo Zabala, são “espaços indiferenciados são cenários empobrecidos e tornam impossível (ou dificultam seriamente) uma dinâmica de trabalho baseada na autonomia e na atenção individual de cada criança” (ZABALZA, 1998, p. 50).

Existem diversas possibilidades de consagrar um ensino altamente qualificado, especificamente quando essa qualidade vem por meio do conhecimento da cultura. A identidade cultural de um indivíduo emana saberes diversificados por meio dos membros da comunidade. O ensinamento vindo do meio familiar, religioso e da comunidade ao qual o indivíduo está inserido propaga uma diversidade de conhecimento que enriquece qualquer vocabulário.

Para a obtenção de um resultado satisfatório é necessário ampará-lo a diferentes estilos de aprendizagem partindo da preparação do gestor, do educador e todos os colaboradores, assim permitirão com que eles especifiquem modelos de ensino e criem estilos de aprendizagem mais adequados para o ensino. Uma das maneiras mais significantes para essa qualificação é engajar o ensino a **pedagogia culturalmente sensível** em que o trabalho do educador é baseado sobre a cultura do aprendiz. Conforme Bortoni – Ricardo (2005):

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Para a autora, essa abordagem, permite o conhecimento mais compreensível e memorizável, já que o educador ao conduzir a aula, mexe com o lado sócio-afetivo do aluno, levando para sala de aula toda vivência interna e externa do seu meio social. Todo conhecimento, será construído sobre a cultura do aluno, em que o educador apoiando-se nas histórias dos alunos e nas suas experiências profissionais. Toda experiência trazida do seu meio social é válida.

A escola como instituição que gera o saber, tem total liberdade para colaborar com o aprendizado do aluno, baseando-se na sua cultura. É muito importante a escola construir o saber do aluno em conjuntura com a sua realidade. O trabalho sobre o olhar do educador intercalado com a pedagogia culturalmente sensível não especifica de que maneira o educando discursa, pois ela valoriza as expressões orais de forma a buscar um entendimento entre o diálogo. Não implica em padronizar uma maneira dita correta de falar, ou seja, o diálogo se desenvolve normalmente sem que o aluno interrompido do modo de pensar e expressar seus sentimentos durante a aula por conta de uma pausa a qual fará o aprendiz travar no momento do seu discurso perante os colegas e o educador.

5 CAPÍTULO IV: OLHANDO A REALIDADE E DA PRÁTICAS DE ENSINO

5.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O método de abordagem utilizado nesta pesquisa é o **hipotético-dedutivo** de Karl Popper (1902-1994)³, uma vez que a pesquisa inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual se formulou hipóteses, das quais se procurou experimentar e testar a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese (LAKATOS, MARCONI, 2015). Quanto ao método de procedimento, a pesquisa seguiu o monográfico, uma vez que escolheu-se desenvolver um só assunto, um só aspecto mesmo não podendo desenvolvê-lo de forma exaustiva nesta fase de estudos, o que pode ser aprofundado na pós-graduação ou em outros projetos.

Quanto as técnicas de coleta de dados usamos como instrumento, o **questionário**. O questionário, segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p.53) “é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja”. O questionário permite que os informantes se sintam mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais, o que pode não acontecer na entrevista (idem, 2007).

Para as análises, a pesquisa usou a pesquisa quantitativa, que é a pesquisa científica na qual os resultados podem ser quantificados para se descortinar o fenômeno em estudo. A pesquisa quantitativa recorre a linguagem matemática (percentagens, dados numéricos, frações) para descrever as causas de um fenômeno, e analisar as relações entre variáveis ou ainda entre aplicações já propositadas numa pesquisa.

O projeto inicial da pesquisa previu realizar uma pesquisa de campo em escolas, mas devido à pandemia da Covid-19 realizamos um replanejamento que alterou a metodologia, optando na coleta de dados por meio de um formulário Google, sem o contato físico com os informantes. Havíamos pensando em realizar observações de algumas de ensino da escrita, mas tudo não passou de desejo.

Essa mudança metodológica não alterou em nada os objetivos previamente

³ Foi um filósofo austríaco, naturalizado britânico, que elaborou teorias que defendiam que o conhecimento científico decorre da experiência individual, e que não pode ser verificado por meio do raciocínio indutivo. Formulou assim, o “Método Hipotético Dedutivo”, e se destacou como um dos mais importantes filósofos do Século XX.

estabelecidos no projeto inicial. Ao invés da coleta direto nas escolas, tivemos que contatar professores virtualmente para que eles possam preencher o formulário da pesquisa. Com o Google formulário, nós pesquisadores e os informantes ficamos em segurança, o que permitiu a coleta sem riscos de contágio. Esse aspecto foi positivo.

As alterações metodológicas não permitiram que houvesse tempo hábil para a submissão da pesquisa na **Plataforma Brasil**⁴ para fins de apreciação pela Comissão de Ética da UNILAB. Sabemos que a pesquisa com seres humanos é completo e merecia essa avaliação, mas devido a pandemia e contratempos não foi possível. Este aspecto não influenciou em nada nos resultados que iremos apresentar mais adiante.

A paralisação das atividades na educação por orientação do Governo Federal, no uso das leis impediu o funcionamento das instituições educacionais, necessitando que todas as pessoas optassem pelo isolamento social para que não fossem infectados pelo coronavírus, um vírus perigoso e letal que comprometeu a saúde de todos os seres humanos. Visto que, o total descontrole gerado pelo contexto vivenciado, nos permitiu pensar em meios mais fáceis de gerar esses dados, e por meio do formulário google pode ser coletadas informações que possibilitasse o avanço da pesquisa. Sendo o ano de 2020, um ano atípico para toda população, com as visitas suspensas, as dificuldades em colher os dados eram cada vez mais complexas. O uso do formulário google permitiu obter dados significativos e a criação de gráficos que ajudam na interpretação e análise dos fenômenos. O desenvolvimento da pesquisa na plataforma, nos agraciou com respostas vindas de vários profissionais da educação, que nos auxiliou com grande êxito na coleta dos dados.

Participaram da pesquisa, um total de vinte e cinco informantes das quais, 22 foram mulheres e apenas 3 homens. Todos os informantes são professores em exercício nas escolas públicas. A escolha dos professores se justifica pelo fato de serem profissionais que lidam com o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

São informantes mais indicados para colher informações sobre o presente estudo. O fato de serem alfabetizados foi determinante para a escolha do questionário

⁴ A **Plataforma Brasil** é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela CONEP, quando necessário - possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas). O sistema permite, ainda, a apresentação de documentos também em meio digital, propiciando ainda à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas.

como instrumento de recolha de dados. A pesquisa exigia alguém que sabe ler e escrever. Logo, os professores foram incluídos na pesquisa, além do fato de que a pesquisa reflete a realidade do trabalho docente.

Das dezenove questões elaboradas para a pesquisa, cinco questões são do tipo abertas e quatorze fechadas. A escolha de muitas perguntas fechadas se justifica pelo meio que muitos informantes usariam na coleta, quer dizer, muitos não tinham computador e só poderiam responder por telefone. Tornou-se relevante a elaboração de perguntas fechadas para facilitar o preenchimento, visto que no telefone não é fácil produzir períodos ou parágrafos longos.

De fato o aplicativo (formulário google) foi uma ferramenta muito útil, principalmente para a situação vivenciada no momento de pandemia, uma vez que foi possível realizar a recolha de dados, enquanto os informantes estão seguros no conforto residencial. O formulário Google foi de fácil manuseio, pois aceitou as nossas próprias formulações das questões, onde tivemos uma visão dos conteúdos antes de enviá-los aos participantes da pesquisa. O acesso foi rápido, podendo ser usado por qualquer faixa etária sendo criado e enviado em pouco espaço de tempo e com facilidade no manuseio. Os informantes não relataram dificuldades no acesso e preenchimento do formulário. Uma vantagem do uso deste formulário é o acesso rápido dos resultados. Logo que o informante termina o preenchimento foi possível obter resultados.

O tempo disponibilizado para a coleta de dados foi de uma semana. O tempo foi suficiente e não houve nenhuma reclamação por parte dos participantes. Após o envio, aguardamos as respostas que chegaram à medida que o link era compartilhado nas redes sociais dos professores. Colher os dados para a pesquisa não foi tarefa fácil, visto que os resultados chegavam gradualmente, conforme o tempo de preenchimento dos participantes. Após completar uma semana tivemos que encerrar a pesquisa para o início da análise dos dados. As redes sociais foram fundamentais para distribuir o link do formulário. Dependendo do acesso do participante da pesquisa, poderia ser mais demorado, caso o participante que recebeu a mensagem sobre o preenchimento do aplicativo não disponibilize acesso de internet. Isto implicaria na demora da coleta e preenchimento do formulário. Uma semana foi o tempo suficiente para saber o ponto de vista dos professores com relação ao fenômeno em estudo.

Uma das desvantagens do formulário foi a de que não foi possível colher muitas informações ou ideias complementares que talvez poderiam contribuir para mais

aprofundamento do tema. Mas as respostas recebidas foram suficientes para compreender o estado da situação da educação e a complexidade do ensino no Brasil. Os resultados obtidos na pesquisa foram selecionados pelo próprio formulário Google que ajudou não apenas no oferecimento de respostas, como também na construção alguns gráficos que ajudaram na interpretação dos dados. A seguir, vamos apresentar os resultados debatendo cada um deles questão por questão.

5.2 RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISES

A partir dos dados coletados, apresentamos a seguir os resultados obtidos ao que tange os estudos sobre o ensino da escrita das crianças nas séries iniciais, atentando oferecer um olhar sobre as prováveis dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula. A metodologia da apresentação dos dados será: apresentação dos dados e ao mesmo tempo análises e comentários sobre os mesmos, buscando entender os fatos apresentados por meio da problematização, das hipóteses e dos objetivos.

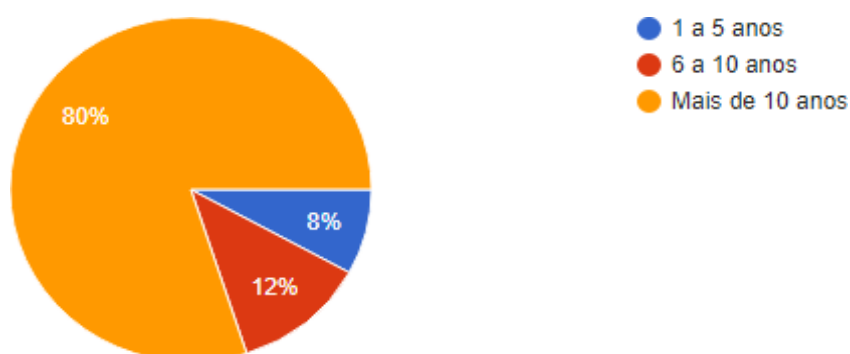
Para a primeira questão, nota-se que a maioria dos participantes da pesquisa são do gênero feminino (22 informantes), tenho havido apenas 3 casos do gênero masculino. O que podemos analisar a partir deste dado, é que normalmente as mulheres têm dado aulas nas séries iniciais do ensino fundamental, incluindo na creche e o número de homens nestes níveis sempre foi bastante reduzido. A constante presença das mulheres nessas séries iniciais e creche, ainda perdura e é historicamente atual. A nossa sociedade ainda estranha a presença de homens nesses níveis, pelo fato da mulher ter sido a fiel guardadora do crescimento das crianças. As ligações maternais são naturais e por isso mesmo é mais fácil a criança aceitar uma mulher do que um homem. No contrário, causa estranheza. Os vários fatores para esse fator estão impregnadas sobre o olhar preconceituoso de que criança é para ser cuidada por mulher. Estudo de Gorziza, Piltcher e Buono (2021) apontam que 96% das mulheres dão aulas na educação infantil e fundamental I no Brasil. É uma herança colonial, e sobretudo, cultural, que precisa ser desconstruída, sem pensarmos que há igualdade entre ambos os gêneros. (BRASIL, 1998; ONU, 1948)⁵. Ambos os sexos têm a capacidade no cuidado com a criança, embora a

⁵ **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à

questão afetiva do relacionamento da criança com uma professora seja evidenciado pelos sentimentos que carrega da maternidade. Esses sentimentos são vivenciados pela criança na fase do desenvolvimento em que a criança quer a atenção da mãe, daí espelha-se na educadora, na professora reconhecendo e evidenciando sentimentos maternos, que para a criança se ligam a um profissional do sexo feminino que se ligam ao seio maternal.

Quanto a segunda questão, o questionário procurou saber há quanto tempo os informantes atuavam como professores. Esta pergunta foi importante porque permitiu compreender o tempo de atuação e a metodologia usada pelo professor no que toca ao ensino da escrita dos alunos. Quanto mais tempo de experiência o professor tiver, provavelmente maior é o aperfeiçoamento e refinamento de metodologias para que o ensino da alfabetização seja mais criativo e eficiente. Dividiu-se a experiência em três faixas, tal como se observa no gráfico 1:

Gráfico 1 - Tempo de experiência dos professores



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico nos oferece o quantitativo de profissionais com mais anos de experiência na área educacional. Destacado em cor laranja, 80% estão os profissionais com mais de 10 anos de experiência na área em que atua, em cor vermelha, representa os 12% dos profissionais com 6 a 10 anos de experiência e em

igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988). A Declaração Universal de Direitos Humanos determina que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”(Art.1) e “todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”(Art.2, ONU, 1948).

cor azul, os 8% dos profissionais com menor quantitativo de experiência. Conclui-se que, a maior quantidade dos profissionais exibidos no gráfico 1, agregam habilidades consideráveis para transmissão do conhecimento. Porém, não podemos garantir que os anos de experiências, viabilizem uma aptidão desse educador, em transmitir o conhecimento aos alunos e priorize o seu desenvolvimento, no que tange a capacidade de leitura e escrita com autenticidade.

É evidente que existe crianças em idades iguais, que aprendem mais que outras. Conforme seu desenvolvimento, a criança amplia e cria métodos de aprendizagem diversificados, pois cada indivíduo tem o seu ritmo de aprendizagem que precisa ser respeitado pelo professor. Para tanto, o professor sendo o mediador dessa aprendizagem necessita compreender que suas técnicas de ensino precisam ser construídas em coletividade com os alunos, promovendo ao aluno alcançar diversas formas de aprendizagem em grau de equidade.

A terceira pergunta questionou se os informantes eram professores da escola pública ou particular. Os dados apontam que todos os informantes são da escola pública (100%). O índice de 100% de ocupação da rede pública de ensino, aponta que a aceitação de profissionais nas redes públicas de ensino, provem da remuneração que esses funcionários recebem. Diferente do quadro das escolas privadas, que sendo as instituições com menor teor de salários, impõe os profissionais a buscar melhores quantitativos salariais. Além disso, as melhores qualificações no que se trata das formações de profissionais, em ofertas de capacitações gratuitas para a formação do professor, são mais evidenciadas ao ensino público das redes municipais, estaduais e federais, onde a preparação evidencia mais titulação do profissional de educação.

A pergunta 4 questionou o tipo de formação que os informantes tinham. No questionário colocou-se quatro opções que passamos a citar: “sem formação”; “fundamental completo”, “médio completo” e “superior completo”. Da pesquisa se observa que 96% são professores com ensino superior completo e os restantes 4% são professores com nível médio. Não houve casos de professores com nível fundamental e sem formação.

Saber a formação do educador foi uma prioridade de suma importância. Anos anteriores a 1996, para lecionar em sala de aula, o professor deveria ter sua formação de nível médio no magistério. Hoje vemos que as mudanças ocorridas no processo de formação de professores exigem que, a formação, seja possível da educação

infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Para o ensino nas series finais e nível médio, o Plano Nacional de Educação (PNE), estabeleceu a formação de nível superior em toda rede de ensino no Brasil. Essa determinação contribuiu para a formação massiva dos professores.

Na questão “teve alguma formação profissional ou especialização em metodologia de ensino”, 88% dos informantes afirmaram que fizeram uma formação específica, o que é positivo para o desempenho com qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Observa-se que dos 88% dos entrevistados possuem especialização em alguma área do conhecimento e os 12% não dispõem de especialização comprovada.

Os 88% dos educadores ‘com especialização’ são profissionais concursados, que por exigência do mercado de trabalho tiveram que se formar em instituições de ensino. Se formaram para aumentar os seus conhecimentos na docência e precisaram estar aptos a exercer as novas tendências do mercado de trabalho, como por exemplo, o uso das novas tecnologias. As práticas que formam o profissional de educação são importantes para a qualidade de ensino e são apoiados pelos quatro pilares educacionais da UNESCO (2010) que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Os 12% sem formação são profissionais não concursados que apenas são contratados para preencher vagas, para complementação do quadro docente e que muitas das vezes são excluídos das formações. Vale lembrar que, essa especialização está pautada especialmente para que o professor esteja apto a viabilizar a inclusão de pessoas especiais. O quadro dos contratos precisa caminhar junto com outros profissionais para que garanta qualidade de ensino a todos os estudantes da rede. Essa é uma exigência comprovada pela BNCC.

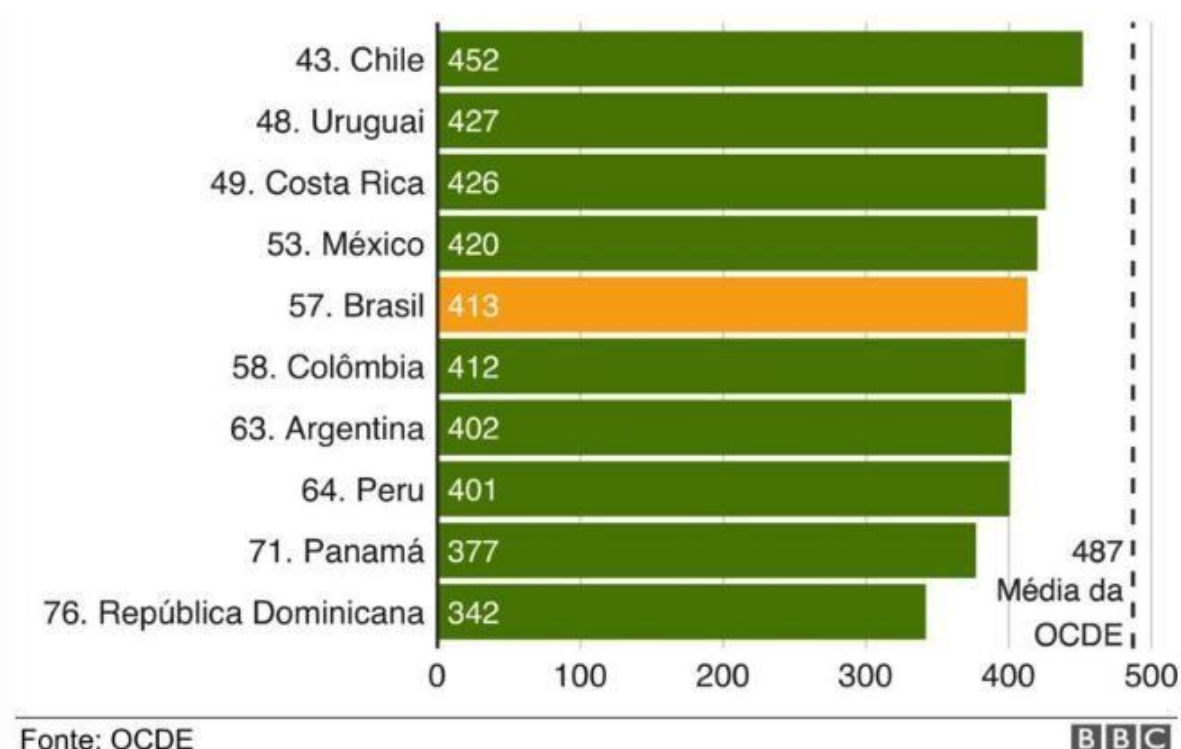
O questionário procurou saber qual foi a instituição que contribuiu na formação dos informantes. Da recolha se obteve o seguinte quadro:

Quadro 2 - Dados da entidade que contribuiu na formação dos informantes

Item	Quantidades	Percentagem (%)
A escola onde trabalho/trabalhava	0	0
A Secretaria Municipal da Educação	10	40
A Secretaria Estadual da Educação	1	4
O Ministério da Educação	3	12
Outra	11	44
Total	25	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados coletados mostram que 44% das especializações dos professores são ofertadas por “outras instituições de capacitação” e 40% são oferecidas aos professores pela rede municipal de ensino. Vemos que ainda assim, as redes de educação municipal investem mais em capacitação do que as maiores esferas da educação. O MEC deveria ser o maior formador por forma a que os objetivos sejam cumpridos. Não basta cobrar metas, cobrar resultados, cobrar esforço dos professores sem que haja um trabalho de base por parte do MEC.

Gráfico 2 - Provas PISA 2018, no quesito “Leitura”: Resultados dos países da América Latina

O investimento na formação com qualidade é fundamental para que se possa cobrar resultados de qualidade. O gráfico 2 mostra como o Brasil está longe da qualidade nas habilidades de leitura na América do Sul e os melhores lugares só podem ser alcançados caso haja mais investimentos na formação docente e nos investimentos em materiais e infraestruturas. Participando da palestra “A política educacional no Brasil e a prática da alfabetização inovadora que resiste ao sucateamento da educação” do “Projeto Matabicho Linguístico e Pedagógico” (31/03/2021), o Prof. Dr. Dermeval Saviani afirmou que o Brasil precisa muito de uma educação de qualidade. Deixar as instituições sucateadas e sem recursos para o funcionamento normal é um crime e desta forma não podemos avançar de forma positiva para uma educação de qualidade.

Muitas instituições de ensino não preconizam a reciclagem para o professor de modo que este amplie o conhecimento. É muito importante que o estabelecimento educacional, ofereça formações que agenciem o corpo docente para aperfeiçoamento e desenvolvimento da comunidade escolar, de forma a garantir o aprendizado. Se a escola não oferta formação contínua ao professor, tende a ser uma escola desvalorizada e menos interessante, tanto para o professor quanto para o aluno. A escola deveria promover a construção de saberes, estimulando o trabalhodocente, só assim poderemos cobrar os melhores resultados.

Os dados apontam que os professores já ouviram falar do Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e sabem que é um projeto de ensino brasileiro. A pesquisa comprova que o PNAIC, obteve uma aceitação geral por parte dos entrevistados. Os 68% dos entrevistados, consideram o programa de alfabetização “muito bom” e 32% avaliam como “bom”. O PNAIC não apresentou rejeição por parte dos entrevistados. O que significa dizer que, o programa é um veículo de aprendizagem que proporcionou muitas informações ao ensino por parte dos pesquisados de maneira a agregar conhecimentos.

O programa propicia ao educador materiais para o trabalho com a turma (os alunos). Porém nem todos os professores conseguem seguir a metodologia de forma adequada, porque o programa exige mais atenção da parte do professor. As propostas de atividades do programa exigem do professor uma preparação e criatividade para que os objetivos sejam alcançados. A cultura local está prevista nesse programa e daí que, a pedagogia culturalmente sensível tem espaço. O programa propõe a leitura e uso da poesia, do canto, das brincadeiras e outras realidades socioculturais

próprios do espaço onde o aluno se encontra.

Ao questionamento sobre o ensino da escrita para crianças, 84% dos informantes revelam que ensinar a escrita para criança não é uma tarefa fácil, são várias vertentes que precisam ser vencidas para que a criança alcance o conhecimento, já, que é o período em que a criança se encontra é a fase inicial de aprendizagem. O ensino da escrita envolve o conhecimento das normas da gramática que precisa ser conhecido pelo aluno. Cabe ao professor usar a criatividade como caminho para agregar meios e materiais que ajudam ao aluno de forma didática. É preciso compreender, que todos os requisitos que emanam as facetas do conhecimento da escrita, requerem total atenção do professor, para que não venha acontecer o atraso do aprendizado.

O planejamento das aulas deve ter em conta o conhecimento da cultural e social do aluno, por isso é importante que professor pesquise sobre as brincadeiras, histórias e outras realidades próprias da comunidade do aluno. Os dados apontam que poucas crianças vêm para o primeiro ano com mínimo do conhecimento do alfabeto.

De fato, a creche oportuniza momentos prazerosos em que a criança absorve o conhecimento por meios lúdicos em desenvolver a escrita e a leitura. Porém é preciso que o professor aproveite do momento lúdico do “aprender brincando” para que ensine a leitura e escrita do alfabeto, de modo a aprofundar no 1º ano. O domínio do alfabeto na fase inicial permite ao aluno, iniciar com mais facilidade a escrita do código, visto que a criança já passou pela etapa do conhecimento do código alfabético e consegue passar para as próximas etapas subsequentes, aprimorando e consolidando, desenvolvendo outras etapas da aprendizagem.

Questionando sobre o conhecimento das sílabas provenientes da creche, os informantes acham que 52% das crianças sabem “mais ou menos”, 12% “sabem” e 36% “não sabem”. Os dados demonstram que metade das crianças domina a escrita de sílabas. O modo com que se ensina a criança pode ser um fator evidenciado a essas dificuldades na educação infantil. O ensino precisa acontecer atrelado ao envolvimento de situações criadas através do lúdico como cantigas de rodas, brincadeiras como bingo, jogo da força, amarelinha dentre outras, para que assim as crianças iniciem e entendam como associar um letra a outra, desenvolvendo dessa maneira a reflexão e a escrita de sílabas, para que daí em diante, consigam construir palavras.

Os dados mostram que a relevância do ato escrito encontrado nas respostas dos entrevistados, envolveu-se em uma série de discussões no quesito da escrita na educação infantil. 52% dos educadores entrevistados afirmaram que as crianças não dominavam a escrita de palavras quando saem das creches e nem compreendiam pequenos vocábulos. Os 40%, dos participantes confirmam que não dominavam a escrita de palavras e 8% não compreendiam ou não sabiam escrever a palavra.

As análises evidenciaram que as especificidades encontradas na língua escrita, associam-se da forma pela qual, o educador conduziu essa construção e de que forma foi trabalhada. O envolvimento dos alunos precisa ser criado com referência às brincadeiras das crianças, para que se possa praticar a leitura e a escrita de modo prazeroso, mas induzindo-as para uma reflexão consciente sobre a escrita de palavras.

Dos retornos obtidos, alguns informantes demonstram respostas que se enquadram de maneira satisfatória, como é o caso dos informantes 1, 4, 8 e 22, quando mencionam que a palavra escrita não se trata de um erro e nem pode ser considerada como erro gravíssimo, por entendermos que as crianças encontram-se em fase inicial de escrita, em momento de transição e que necessitam de mediações do professor, para escrever a palavra de acordo com a regra da ortografia.

Acreditamos que a forma mais condizente de solucionar esse problema é criar metodologias que permitam agregar esse conhecimento de forma mais sutil como, por exemplo apresentar um material didático lúdico, para sanar as dificuldades de escrita. Após as mediações evidenciadas e brincadeiras elucidadas, explicar para as crianças que algumas palavras ao serem faladas produzem o som da letra “Z”, mas ao escrevê-la, são escrita com “S”.

Nesse momento é muito importante fazer a representação na lousa ou mesmo em cartaz, para que visualizem e reflitam que isso acontece quando a letra “S” vem precedidas das vogais: a, e, i, o, u (e dá exemplos: casa, mesa, tesoura, blusa, meses, atrasado), daí a pronuncia é “Z”. Porém é válido entender que as regras ortográficas não são em sua totalidade resolvidas, visto que são várias as complexidades da gramática que atrelam sobre o conhecimento ortográfico do indivíduo, ainda que a aprendizagem esteja sempre em constantes transformações.

É importante deixar claro para o aluno que a escrita é uma lei e só devemos escrever daquela forma como a ortografia permite. Não tem plano “B”.

As respostas dos informantes nos levam a refletir as dificuldades que os

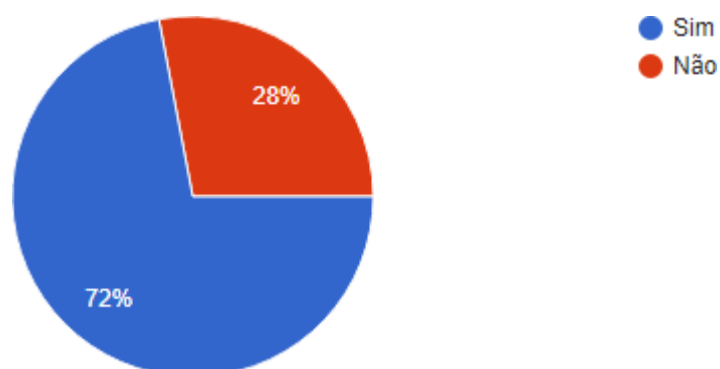
professores têm no que diz respeito à metodologia de ensino da escrita. Ao ter dificuldades de identificar e corrigir os erros dos alunos nos parece grave. Por que é tarefa do professor identificar os problemas na produção escrita e procurar meios de explicar e ajudar os alunos.

O professor é um permanente investigador ou pesquisador porque identifica as dificuldades e ao mesmo tempo procura soluções, tanto na leitura quanto na escrita. Os informantes 2, 5, 6, 11, 13, 14, 15, 17 e 23 não conseguiram explicar as razões do uso de “S” ao invés de “Z”. É que não basta dizer que o “S” quando está entre vogais é “Z”. É preciso apresentar outros exemplos para que o aluno entenda e memorize da regra. É preciso mostrar as razões mais sutis dessa regra que se liga à ortografia da LP.

Percebemos que há comentários que se alinham a algumas respostas com entendimentos semelhantes, como são os casos dos informantes 8, 16, 18, 21 e 22, que apontam modos de explicação por meio das regras gramaticais e o uso de exercícios para fixação do conteúdo dado. Concordamos em parte com os informantes 11, 16 e 18, que nos atentam para o fato de que a nossa ortografia é muito complexa, e que o seu ensino deve ser apoiado com o uso de jogos e atividades que beneficiem o entendimento do aluno das séries iniciais. É necessário criar situações/ métodos que possibilitem uma memorização das regras da ortografia.

Com relação a pergunta que procurou saber sobre as condições para a aprendizagem da escrita em sala de aula tivemos os seguintes resultados:

Gráfico 3 - Existência ou não das condições na sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico mostra que 72% dos informantes julgaram que há condições nas

escolas. Para este grupo, entende por condições para aprendizagem da escrita, a existência de livros, lápis, caderno jogos de linguagem, quadrinhos, trava-línguas, poemas, lousa, cartazes, alfabeto, livros didáticos, revistas, notebook, datashow entre outros. Para o ensino da escrita não é necessário estes todos materiais. Não basta ter materiais, mas a metodologia é fundamental. O profissional pode ter todos estes materiais e se não tiver uma metodologia de ensino adequada tudo pode redundar num fracasso. O básico é ter caderno e o lápis para dar início aos rabiscos da escrita. Mas é necessário buscar outras formas de aprender a escrita fora da sala de aula. O informante 23 comentou: “Saio da sala com a turma pra escrever o nome de todas as coisas que encontrarem ao redor da escola. Voltando a sala de aula peço pra separar em colunas nomes de seres vivos e não vivos...”

As crianças podem escrever no chão, na areia ou mesmo em superfícies que não depredem o patrimônio público. O professor pode a partir de uma brincadeira iniciar a consciência fonológica da escrita de uma letra. Tudo depende da forma como o professor deverá ser criativo em sala de aula. É necessário colar o alfabeto em cima da lousa (Foto 4, a conferir mais adiante). Essa estratégia visa memorizar as regras da escrita. A lousa deve ser muito explorada pelo professor e pelos alunos. Para além de escrever no caderno os alunos devem escrever na lousa. O giz e a lousa devem ser os amigos do cotidiano dos alunos. O professor deve dar a liberdade para que os alunos escrevam livremente sem corrigi-los num primeiro momento. Os livros didáticos e paradidáticos são fundamentais para que o aluno aperfeiçoe a leitura e a escrita em sala de aula.

O informante 20 comentou o seguinte:

Falta capacitação porque nem todos os profissionais estão preparados metodologicamente para atender nas séries iniciais. Há despreparo e falta de materiais didáticos voltados para cada etapa da alfabetização. Há falta de materiais autodidáticos e com boas ilustrações [...] (Informante 20)

Concordamos com o comentário do informante 20, porque muitas escolas não têm condições financeiras para a compra de materiais. Mesmo que o professor tenha criatividade, ele fica limitado porquê do seu salário fica difícil atender esta demanda profissional. As novas tecnologias chegaram e a “pobreza” das escolas fundamentais se escancarou com a pandemia porque havia necessidade de ensinar à distância, mas a escola e muito menos os professores não tinham computadores

nem outros dispositivos tecnológicos para permitir que as aulas aconteçam. Na internet tem aplicativos e programas que poderiam ajudar muito na aprendizagem da escrita e da leitura, mas os professores não sabem usá-las ou nem sabem utilizar. A pandemia veio nos provar que se tivéssemos investido nas tecnologias, os efeitos negativos que estamos sentindo não seriam de tamanha gravidade. Em momentos de pandemia é possível ensinar com o apoio das tecnologias, desde que o professor esteja formado para esses multiletramentos.

Observamos que as inquietações dos informantes estão atreladas a infraestrutura das instituições. Podemos encontrar excelentes profissionais que viabilizem o aprendizado para os alunos, mas se a escola não apresenta um espaço estruturalmente viável, o aprendizado também se torna complicado, já que a infraestrutura escolar agrega disponibilidade de aprendizagem devido ao conforto disponibilizado a todos envolvidos. Um ambiente agradável significa aprendizado assegurado.

Além disso, percebemos que o problema da aprendizagem não está somente atrelado ao espaço físico escolar. Os desabafos são direcionados, a diversos fatores que influenciam sobre a aprendizagem da escrita. A falta de capacitação profissional, é um dos itens de grande importância que interfere diretamente na docência, pois se o professor não estiver apto para direcionar o conhecimento, poderá levar ao fracasso de toda a classe.

Sobre o uso, dos materiais didáticos e equipamentos tecnológicos, é escasso em muitas instituições de ensino fundamental brasileiras. A falta desses recursos desenvolve o desânimo na condução das aulas. A ausência dos materiais faz com que o professor dependa do livro didático apenas. Com os materiais, o professor poderia criar seus materiais, tal como veremos mais adiante. Não descartamos a relevância do livro didático na transmissão do conhecimento, apenas expressamos o nosso apoio à criatividade que torna a aula mais dinâmica, mais atrativa e sobretudo mais motivadora para os alunos.

Questionados se os informantes criam materiais didáticos ou dependem do livro do aluno ofereceram os seguintes dados: 4% “dependo apenas do livro do aluno”, 36% “Criam outros materiais de ensino” e 60% “dependem do livro, mas criam outros materiais do ensino”. Os dados dos informantes nos deixaram bastante satisfeitos, no que tange o aprendizado elencados aos materiais e métodos de ensino. 60% são dependentes dos livros didáticos, mas criam materiais didáticos.

Com relação fato de trazer exemplos de realidades cotidianas dos alunos em sala de aula como forma de ligar os conhecimentos científicos com a vida real, dos dados mostram que 92% foi positivo porque proporcionam aos seus alunos uma aprendizagem culturalmente sensível (BORTONI-RICARDO, 2004), agregando o aprendizado, ao convívio social e cultural do aluno, transmitindo o conhecimento voltado a sua realidade. Vemos com estes relatos, que temos educadores que direcionam seus alunos ao reconhecimento dos direitos assegurados a todos.

É dever do educador conduzir e devolver na criança, o censo crítico e científico para que se torne um cidadão defensor e assegurador dos seus direitos. Relacionando o conhecimento com a nossa história de vida, onde cada vez mais são camufladas por histórias oriundas de outros povos, em que as histórias dos nossos ancestrais não são contadas por serem vetadas por meios de livros didáticos, tornando-as invisíveis e desconhecidas a toda sociedade. Vejamos algumas respostas que justificam os argumentos da questão anterior:

[...] Procuro conhecer a realidade dos discentes e adequo os textos e interpretações bem como as gravuras com a realidade dos alunos para inseri-los na aula e melhorar o processo de ensino aprendizagem... (Informante 1)
 [...] Procuro aprimorar os meus conhecimentos para assim poder passar para os meus alunos de forma mais lúdica e prazerosa possível, partindo das brincadeiras para assuntos concretos da aprendizagem da escrita. (Informante 4)

[...] Escrita de bilhetes. Converso com os alunos sobre as diversas formas de nós comunicarmos. Peço que eles me falem como eles fazem pra se comunicar com as pessoas, quais recursos utilizam; Se já escreveram um bilhete; Pra quem; Por que; Daí apresento um bilhete identificando os elementos deste tipo de texto e sua utilidade no nosso dia a dia. Daí peço que juntamente comigo escrevam um bilhete. Juntos iremos decidir pra quem enviar e o assunto [...] (Informante 7)

[...] Oriento para que os alunos tragam fotos de placas, de lojas, de tipos de plantas, tipos de meios de transporte, meios de comunicação, de indústrias entre outros [...] (Informante 8)

[...] Por exemplo o percurso que ele faz de casa para escola, pode se transformar num pequeno texto descritivo, pegando algumas palavras para serem trabalhadas na alfabetização do mesmo. São muitos conteúdos: saúde, transporte, convivência familiar. A alfabetização desenvolvida dentro do contexto familiar e social da criança nos traz muito êxito no desenvolvimento ensino aprendizagem da criança [...] (Informante 11)

A última pergunta pediu para que os informantes fizessem comentários sobre as metodologias de ensino da escrita no ensino fundamental. Concordamos com algumas posições tomadas pelos informantes no que diz respeito ao aprendizado.

Retornamos nossa atenção as respostas dos informantes 1, 3, 4, 8, 9, 10 e 11, que listam informações necessárias ao ensino da leitura e da escrita. São informações que necessitam ser respeitadas para possibilitar a aquisição da escrita nas séries iniciais. São requisitos notados, quando apontam que devemos criar meios de envolver a criança no mundo da leitura apresentando materiais escritos para que assimilem e desenvolvam, a leitura e a escrita espontânea por meios dos livros. Critérios que norteiam a criança ao mundo da escrita e ao mundo letrado. Vejamos alguns comentários à esta última questão:

[...] As metodologias variam muito cada sala de aula requer de necessidades amplas e específicas de cada aluno. A metodologia ideal torna-se aquela em que os alunos sejam inseridos nesse processo e o mesmo dialogue com evoluções significativas e para se conseguir tal avanço é necessária a atenção do professor, muita ludicidade, gravuras, textos, cores, formas e o desenvolvimento de habilidades que contribuem para o processo de alfabetização e leitura. Os materiais que auxiliam os alunos costumam obter mais resultados positivos quando os mesmos são desenvolvidos respeitando as limitações e ao mesmo tempo quando a prática pedagógica desenvolve nos alunos a vontade e o desejo de fazer parte de estar inserido nessa dinâmica educacional [...] (Informante 1)

[...] Utilizar de meios lúdicos, palavras, imagens, figuras do cotidiano da criança para assim ter uma melhor perspectiva de absorção do que pretendemos e passo para eles [...] (Informante 3)

[...] A melhor metodologia será aquela em que o aluno aprenda e entenda a importância da linguagem oral e escrita, como o principal meio de se comunicar com o mundo. Explicou que há diferença entre a linguagem oral (coloquial) e a escrita (formal), ou seja, usamos uma linguagem mais simples para conversar e mais elaborada para escrever [...] (Informante 8)

[...] Uma das metodologias que pratico é buscar estimular o prazer pela leitura. Para isso trabalho textos dentre outros que relatam notícias dos acontecimentos do momento atual para que ajam aproximação com o cotidiano dos alunos [...] (informante 13)

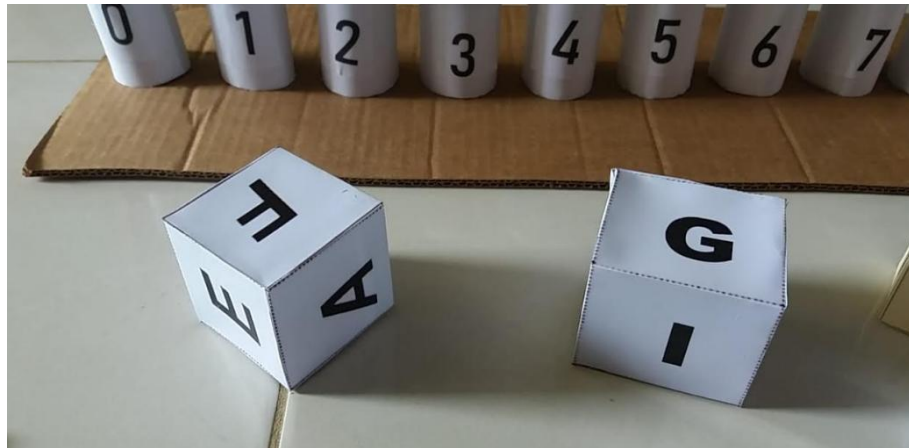
[...] A metodologia montessoriana. O método montessoriano tem como objetivo garantir máxima autonomia ao aluno no processo de aprendizado. Nesse contexto, professores e pais se tornam meros facilitadores do conhecimento, proporcionando os meios pelos quais os alunos escolhem temas a serem estudados e interesses que devem ser pesquisados. As classes são mistas em relação à faixa etária, já que alunos de diferentes idades podem ter interesses de aprendizado semelhantes. É uma excelente metodologia de ensino para estimular a independência e a criatividade dos alunos [...] (informante 18)

É muito importante conectar o aluno ao uso das metodologias que forneçam aprendizado de forma precisa para melhor entendimento linguístico, pois, a escrita é um artifício de grande estima. É ela quem aponta, se o aluno está apto ou não sobre o conhecimento que visa a concorrer em outras etapas da educação. É papel do

educador, escolher qual melhor método, se encaixa e oportuniza, o conhecimento, sem que essa escolha venha agredir o intelectual da criança.

Terminamos estas apresentações e discussões dos resultados apresentando algumas propostas de criações de materiais que podem ser utilizadas no ensino da escrita e da leitura nas séries iniciais:

Foto 1 - Criação de materiais para o ensino da leitura



Fonte: Arquivo pessoal.

Nesta foto, observa-se a criação de materiais com base em caixas e papel. São materiais de ensino de baixo custo e sem prejuízo ao meio ambiente porque podem ser materiais reciclados. A foto 2 (a seguir) mostra uma caixa com materiais de ensino que resultam da reciclagem de tampas de garrafas pet. O uso da cola, papel e tampas pode ser útil para o ensino. Tudo depende da criatividade do professor.

Foto 2 - Caixa de materiais didáticos



Fonte: Arquivo pessoal.

A foto 3, ilustra a criatividade que se baseia na criação de materiais que podem envolver os alunos. É importante que o professor envolva os alunos na criação destes materiais. O aluno deve se sentir importante na construção do seu saber. Um professor criativo não fica esperando que os brinquedos sejam comprados. Pode incentivar a criatividade dos seus alunos. Não concordamos com a ideia de que todos os materiais a usar devem ser trazidos pelo aluno. A escola precisa ter o mínimo e as tampas das garrafas podem ser trazidas pelos alunos. A escola precisa ter cola, papel de diversas cores, etc. e os pais não poderiam ser “obrigados” a comprar esses materiais. Essa é a ideia se a escola fosse uma escola com condições. Pais de um filho se desdobram e pensam entre comprar material da escola e comprar ‘pão’ para os filhos. O Brasil é, na verdade, um país pobre e com níveis assustadores de desigualdade social.

Foto 3 - Caixa especial para a leitura



Fonte: Arquivo pessoal.

A foto 4 mostra uma lousa em parede criada com intuito de ensinar a escrita. A autora do material pretende ilustrar que para além do alfabeto (em cima) e os números (em baixo) é possível desenvolver diversas atividades de leitura e da escrita. As vogais (do lado esquerdo) e o relógio (no canto inferior direito) são recursos que podem ser permanentes para que ao aluno memorize as regras da escrita e da leitura. Os bonecos (os nomes) ao lado da lousa também serão importantes para introduzir algumas letras. Um professor motivado é capaz de produzir muito mais do que as propostas aqui apresentadas.

Foto 4 - O alfabeto e lousa da aprendizagem da escrita e leitura



Fonte: Arquivo pessoal.

6 CONCLUSÃO

A construção do conhecimento exige o planejamento permanente tanto do professor quanto da escola e do MEC. Levantamos nesta pesquisa a relevância da formação dos professores com qualidade porque sabemos que isso proporcionará uma boa aprendizagem. Uma criança bem formada poderá ser um cidadão crítico e profissional de qualidade no futuro. As ferramentas tecnológicas devem ser inseridas em sala de aula. Hoje em dia, o telefone, o computador, o tablet não podem ser descartadas pelo professor. Pior ainda, em momentos de pandemia em que não se pode aglomerar estudantes. O estudo individual pode ser auxiliado por estas tecnologias. Infelizmente, o Brasil investiu pouco nas tecnologias e as dificuldades vieram a ser comprovadas pelo isolamento causado pela pandemia.

É de responsabilidade dos profissionais da educação a transmissão do conhecimento atentando-se para um planejamento contextualizado a realidade da criança, pois é quem irá ser incentivada pelo educador. Cabe ao pedagogo como profissional responsável pela área da educação executar o processo de ensino-aprendizagem olhando para as novas tendências do alfabetizando.

Os tempos mudam. O aluno dos alunos 80 não aprende da mesma forma como o aluno atual. As motivações são diferentes. Os recursos tecnológicos são diferentes. O professor deve “correr atrás”, lendo, descobrindo novas formas de ensinar que possam atender o seu alunado.

O professor sendo o principal responsável na mudança metodológica da leitura e da escrita do alunado deve agir com atenção na criação dos materiais e na motivação dos seus alunos, trazendo a cultura do aluno para a sala de aula. O aluno não é um indivíduo desconectado da sua cultura, daí que seria interessante valorizar as realidades locais desenvolvendo uma pedagogia culturalmente sensível. Assim, estaríamos oferecendo novas potencialidades, melhorando as competências interpessoais, favorecendo a melhoria da autoestima, autoconfiança e automotivação, possibilitando e oportunizando momentos prazerosos entre alunos.

A alfabetização e o letramento são indispensáveis no mundo moderno. Aprender a escrever é uma obrigação porque quase tudo depende da escrita. Os cidadãos precisam saber ler e compreender uma bula de remédios, um rótulo de produtos, orientações de qualquer produto, assim como instruções diversas. Tudo isso precisa do contributo da escola. O desconhecimento de leitura pode dificultar até

relações interpessoais dentro da sociedade moderna. Vivemos num mundo que escrevemos mais, pode ser pelas redes sociais ou outros espaços.

Os dados da pesquisa confirmaram a primeira hipótese deixando clara a ideia de que há fraca formação do alfabetizador com qualidade para que possa ensinar de forma consciente e com o uso de metodologias adequadas. O problema da falta de materiais é comum nas escolas brasileiras. Mas também as escolas têm dificuldades na obtenção de recursos financeiros que permitem que os professores fabriquem materiais de ensino. A segunda hipótese ficou conformada porque realmente há falta de materiais de ensino, o que dificulta de certa forma a criação de materiais de ensino. Mesmo assim, os professores utilizam o livro do aluno ou mesmo pedem para que os alunos tragam materiais para a escola. A terceira hipótese “Os professores se distanciam do letramento, isto é, não levam em conta a realidade do aluno, o que pode provocar a desmotivação dos alunos” não se confirmou, porque os professores usam a pedagogia culturalmente sensível, buscando aproximar os conhecimentos da escola com a realidade local. Este aspecto é muito importante e traz a autoestima aos alunos. Segundo Bortoni-Ricardo (2004), há uma identificação e conscientização das realidades e isso precisa ser discutido pelo professor e pelos alunos em sala de aula. A última hipótese se confirmou porque a melhor estratégia de ensino é aquela que faz com que o aluno aprenda realmente a escrever e que tenha consciência das regras da escrita, separando a língua falada da escrita.

O objetivo geral da pesquisa foi alcançado visto que buscou-se caminhos que visam contribuir para a qualidade de ensino. A pesquisa é uma reflexão para pensarmos sobre como devemos ensinar a escrita nas séries iniciais, possibilitando condições para avançar em seus estudos. Foi importante contribuir para o desenvolvimento do alfaletar que possibilita a construção de valores através dos seus conhecimentos. De forma específica, a pesquisa refletiu sobre as metodologias de ensino-aprendizagem que possibilitam sanar dificuldades da escrita dos alunos das primeiras séries do ensino fundamental.

Para além disso, analisamos criticamente projetos de intervenções (projetos pedagógicos), especificamente as propostas do ensino da escrita. Foi de suma importância discutir caminhos para um ensino culturalmente sensível à realidade do aluno, como ator principal do processo. Ensinar não é uma tarefa fácil. Exige do professor adoção de caminhos metodológicos que não excluem, mas sim incluem o aluno no mundo letrado. Por isso é preciso pensar na proposta de atividades (dentro

e sala de aulas) que possam juntar a alfabetização e o letramento de forma sistemática respeitando as capacidades das crianças.

REFERÊNCIAS

- BBC-NEWS/Brasil. **Pisa:** como o desempenho do Brasil no exame se compara aode outros países da América Latina. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50646695>. Acesso em: 10 abr.2021.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguemos na escola, e agora?** Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 abr.2021.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2009.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem ba-be-bi-bo-bu**. São Paulo: Scipione, 2009.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Como alfabetizar: 20 anos em busca de soluções. **Letras hoje**. PortoAlegre, v.36, nº3, p.47-66, set.2001.
- CASTORINA, José António. et al. **Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate**. São Paulo: Atica, 1990.
- CHRISTENSEN, Clayton et al. **Ensino Híbrido: uma inovação disruptiva?** Clayton: Christensen Institute, 2013.
- CONCEIÇÃO, Marlene Muniz Monteiro; BRITO, Sirlene Coelho de Lima. *A prática da leitura*. **Webartigos**. p.01. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-pratica-da-leitura/88306/>. Acesso em 09 abr. 2021.
- FERREIRO, Emilia. Educação e Ciência. **Folha de S. Paulo**, 3 jun. 1985, p. 14.
- FERREIRO, Emilia. Revista Digital, Revista Nova Escola, Ed.Especial. nº 1022.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre:Artes Médicas 1999.
- FILATRO, Andrea. **Estilos de aprendizagem**. Brasília: FENAP, 2014.
- FREITAS, Ana Flávia Duraes et al. Método eclético e ecletismo pedagógico, o que dizem os docentes.**FEPEG: Ensino, pesquisa, extensão, gestão**. s.d. Disponível: <http://www.fepeg2018.unimontes.br/anais/download/ff21fa49-6a1d-47b8-b191-5d1bb9852353>.

GORZIZA, Amanda; PILTCHER, António S.; BUONO, Renata. Há mais mulheres professoras nas séries iniciais que nas séries finais. **Folha de São Paulo**. 17 mar.2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/ha-mais-mulheres-professoras-nas-series-iniciais-que-nas-series-finais/>. Acesso em: 10 abr.2021.

KAWAMANI, Sílvia. Escrita japonesa. In: **Japão em foco**. Publicado em 09 mai.2013. Disponível em: <https://www.japaoemfoco.com/escrita-japonesa-tategaki-e-yokogaki/>. Acesso em: 10 abr.2021.

KOLB, David A. **Experiential learning**: experience as the source of learning and development. Prentice-Hall Inc., New Jersey, 1984

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4ª ed. São Paulo. Loyola, 2003.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. (Org.). **Diante das Letras**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.

MEC (Ministério da Educação e Cultura), BNCC. Os marcos legais que embasam a BNCC. Brasília. MEC, 2017

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetização e letramento. **Construir Notícias**. Recife, PE, v. 07 n.37, p. 5-29, nov/dez, 2007.

MORTATTI, Maria Rosário. Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006.

NAMONE, Dabana. Tensão entre escrita e oralidade no ensino-aprendizagem do português na etnia balanta brassa (Tombali) da Guiné-Bissau. **Entre parênteses**. vol.1, nº7, s.p., 2018.

NOVAES, Adauto. **Catequese e Civilização dos Índios nos Sertões**. Do Império Português no século XVIII, São Paulo: Companhia das Letras 1998.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. "Pensar a educação – Contribuições de Vygotsky". In: (tá faltando algo aqui) CASTORINA, José António; FERREIRO, Emília; LERNER, E. F. Delia. OLIVEIRA, Marta Kohl. (Org.). **Piaget e Vygotsky**: novas contribuições para o debate. 6. ed. São Paulo: Ática, p. 51-83, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948.

RINALDI, Carla. Reggio Emilia: a imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental. In: GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn (Org.). **Bambini**: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROMANATTO, Mauro Carlos. **O livro didático**: alcances e limites. São Paulo, 2004.

Disponível em [http:// www.sbempaulista.org.br/cpem/anai/mesas-redondasmr19-mauro.doc](http://www.sbempaulista.org.br/cpem/anai/mesas-redondasmr19-mauro.doc). Acesso em 19 jun. 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A escola e a democracia**. 42.ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **A política educacional no Brasil e a prática da alfabetização inovadora que resiste ao sucateamento da educação**. (Palestra, Google meet). Projeto “Projeto Matabicho Linguístico e Pedagógico”. São Francisco do Conde (BA), 31/03/2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onzetestes sobre educação e política**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do Nosso Tempo; v. 5).

SILVA, Everton Melo da. Crítica às metodologias ativas na formação profissional em serviço social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 147-161, jul./dez. 2019.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004c.

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: Um tema em três Gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda Becker. “Não existe um currículo no Brasil”-entrevista concedida a Sara MourãoMonteiro e Maria Zelia Versiani Machado (UFMG) a revista “**Presença Pedagógica**” vol. 18 n° 107, ed. Dimensão, página inicial 5 e pagina final 13 (2012, p. 06.).

SOARES, Magda Becker. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda Becker. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época – v.47).

TIMBANE, Alexandre Antônio; FERREIRA, Liliane Bispo. A família, a escola e o aluno: quem ensina o que e para quê? in: JORGE, Welington Junior. (Org.). **Abordagens teóricas e reflexões sobre a educação presencial e a distância e corporativa**. Maringá: Uniedusul, 2019. p.198-214.

TIMBANE, Alexandre Antônio; SOUZA, Lucas Pereira dos Santos. A complexidade

da escrita em contexto multilíngue: metodologias e estratégias do ensino. **Interfaces**. Vol.9, nº3, p.114-131, 2018.

UAECA, Florinda Zacarias Muhate; TIMBANE, Alexandre António. A problemática do ensino da escrita do português em Moçambique: da teoria à prática do professor.

SEDA - Revista de Letras da Rural/RJ. Seropédica/RJ, v. 3, n. 9, p. 96-119, 2018.

UNESCO. **Um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: UNESCO/Brasil, 2010. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em 10abr.2021.

UNESCO. Confitea declaração de Hamburgo agenda do futuro. Conferência Internacional de EJA. Alemanha, Hamburgo, 1999.

UNESCO/WERTHEIN; CUNHA, Célio da. **Fundamentos da nova educação**. Vol.5. Cadernos. Brasília UNESCO. 2010.